

0000

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Av. André Araújo, nº 200, Aleixo, Manaus/AM. CEP 69060-000

Visite a página do TRE-AM para obter contatos e outras informações:

www.tre-am.jus.br

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte.

Elaboração: Assessoria de Governança e Gestão – AGG.

Design e Editoração: Assessoria de Governança e Gestão – AGG.

agg@tre-am.jus.br | (92) 3632-4435

Fonte dos dados: Setores diversos do TRE-AM

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Relatório de Gestão 2023 / Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas / AGG, 2024.

xxx p. : il

1. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – Relatório – Brasil – 2024. I. Título

CDD xxx.xxx xxx xx

COMPOSIÇÃO DO PLENO

Jorge Manoel Lopes Lins
Presidente

Carla Maria Santos dos Reis
Vice-Presidente e Corregedor

Victor André Liuzzi Gomes
Juiz Estadual

Marcelo Manuel da Costa Vieira
Juiz Estadual

Marcelo Pires Soares
Juiz Federal

Kon Tsih Wang
Jurista Titular

Fabrício Frota Marques
Jurista Titular

Catarina Sales Mendes de Carvalho
Procuradora Regional Eleitoral

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA

Melissa Lavareda Ramos Nogueira
Diretor Geral

Ivan Carneiro Vieira Junior
Secretário de Tecnologia da Informação

Evelyn Acordi Makarem
Secretária de Gestão de Pessoas

Olívia Eliane Lima da Silva
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

Almir Lopes da Silva
Secretário Judiciário

SUMÁRIO

01

MENSAGEM DO PRESIDENTE

02

VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A justiça eleitoral e o TRE/AM	07
Ambiente externo	09
Estrutura organizacional	10
Estrutura de governança	11
Modelo de negócio	13
Cadeia de valor	14
Materialidade	16
Canais de comunicação	17

03

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Direcionadores estratégicos	19
Visão geral do processo de gestão de estratégia	20
Objetivos estratégicos	21
Apoio da estrutura de governança	22

04

GESTÃO DE RISCOS

Política de gestão de riscos	24
Nível de maturidade em gestão de riscos	25

05

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Eleições	
Judicância	
Corrupção e improbidade administrativa	
Gestão orçamentária e financeira	
Gestão de pessoas	
Gestão patrimonial e infraestrutura	
Gestão de licitações e contratos	
Gestão de custos	
Gestão de tecnologia da informação	
Responsabilidade socioambiental	

06

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Demonstrações contábeis	19
Notas Explicativas	20

MENSAGEM DO PRESIDENTE



JORGE MANOEL LOPES LINS
Presidente do TRE/AM

Em maio de 2022, assumi a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas iniciando imediatamente os preparativos para a realização das Eleições Gerais que aconteceriam cinco meses depois e em meio ao processo de retomada para a normalidade, após o fim das severas restrições impostas pela pandemia do covid-19.

Durante o período, foram enfrentados inúmeros desafios como, por exemplo, o aumento dos preços dos serviços ligados à logística, o que impactou de forma direta em um Estado com as dimensões do nosso Amazonas e fez com que garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia, fosse exigido da Gestão não só o usual compromisso com a excelência, já inerente à Justiça Eleitoral, mas o uso da criatividade para dar novas soluções aos problemas enfrentados.

Em meio a desinformação oriunda de grupos que tinham o objetivo de tumultuar o processo eleitoral e abalar a democracia, demos como resposta a atuação com uma transparência ainda maior, a partir de processos de auditoria mais amplos e com acesso irrestrito à imprensa e à sociedade organizada, bem como a organismos internacionais em todas as etapas

necessárias para a realização da eleição.

Realizamos, logo após o segundo turno das Eleições, a Jornada de Projetos de Inovação do TRE/AM, que foi o nascedouro da cultura da inovação e de muitos projetos que devem ser desenvolvidos e deixados como um legado para as próximas gestões.

Assim, este relatório de gestão tem como função dar à sociedade uma visão clara sobre a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do TRE/AM, o contexto de seu ambiente externo, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados diante dos objetivos estabelecidos. Foi elaborado conforme Instrução Normativa n.º 84/2020, em conjunto com a Decisão Normativa n.º 198/2022, ambas do Tribunal de Contas da União, que estabelecem procedimentos mais estáveis, claros e eficientes no sentido da desburocratização no âmbito da Administração Pública Federal.

Por fim, temos a certeza de que este Relatório apresenta claramente a importância do TRE/AM para a sociedade amazonense, tratando-se de uma instituição acessível aos cidadãos e que honra a missão que foi estabelecida constitucionalmente.

Boa leitura a todos.

Capítulo

2

Mensagem do Presidente

Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

Governança, Estratégias e Alocação de Recursos

Gestão de Riscos

Resultados e Desempenho da Gestão

Informações Orçamentárias, Financeiras e
Contábeis

A JUSTIÇA ELEITORAL E O TRE/AM

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - TRE/AM é um órgão da Justiça Eleitoral de jurisdição especializada com função precípua de organizar o processo eleitoral * garantindo sua lisura com vistas ao respeito à soberania popular e à cidadania.

* Processo eleitoral é o conjunto de etapas relativas às eleições, como o alistamento eleitoral, o registro de candidatos, a propaganda eleitoral, a votação, a totalização, a prestação de contas e a diplomação dos eleitos.

O TRE/AM, com sede na capital do Estado do Amazonas, é responsável por ações como:

- 01** Processar e julgar originariamente o registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador e membros do Congresso Nacional e das Assembleia Legislativa do Estado;
- 02** Julgar recursos interpostos contra atos e decisões preferidas pelos juízes e juntas eleitorais;
- 03** Delimitar a circunscrição de atuação dos juízes eleitorais;
- 04** Requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral a requisição de força federal;
- 05** Constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.



JUÍZES ELEITORAIS

Ao Juiz Eleitoral, responsável por uma Zona Eleitoral, compete, dentre outras funções:

- Processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns, exceto o que for da competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos TRE's;
- Expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor;
- Tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.



JUNTAS ELEITORAIS

Às Juntas Eleitorais, compostas por um Juiz Eleitoral e dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, compete resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração, bem como expedir diploma aos candidatos eleitos para cargos municipais.



ZONAS ELEITORAIS

Zona eleitoral corresponde a uma área geográfica que delimita a circunscrição de um juízo eleitoral. Um cartório eleitoral organiza as eleições e atende os eleitores domiciliados nesta região.

Uma zona eleitoral pode abranger um ou mais municípios, ou apenas parte dele, como um bairro, por exemplo.

AMBIENTE EXTERNO

O ano de 2023 foi marcado por importantes transformações e desafios para a Justiça Eleitoral e seu relacionamento com a sociedade. Surgiram novas prioridades e oportunidades para aprimorar as práticas organizacionais e fortalecer o vínculo com os cidadãos.

Temas relacionados à igualdade de gênero, diversidade e inclusão ganharam destaque, com a implementação de políticas e programas para valorização e proteção das mulheres e minorias, visando promover a equidade e o respeito aos direitos humanos. Também verificou-se uma maior preocupação com a saúde mental e física dos servidores, com a renovação das comissões de enfrentamento e combate à discriminação e assédios moral e sexual em 1º e 2º graus de jurisdição.

A ausência de eleições neste ano permitiu à Justiça Eleitoral concentrar esforços na resolução de passivos processuais e na melhoria dos serviços prestados, promovendo uma maior eficiência e qualidade no atendimento ao público, pois o retorno gradual das atividades presenciais possibilitou à Justiça Eleitoral fortalecer o atendimento aos eleitores, priorizando a eficiência e a qualidade dos

serviços, visando à futura retomada da coleta dos dados biométricos, que até o momento estava suspenso devido à atenção aos cuidados sanitários adotados para prevenção à pandemia que até o ano anterior ainda se fazia presente.

O ano também foi marcado pela crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental e a acessibilidade, refletida em iniciativas para redução do consumo de recursos, minimização de resíduos e ampliação do acesso a serviços públicos para todos os cidadãos.

Em conclusão, o ano de 2023 representou um período de consolidação das transformações e inovações na Justiça Eleitoral, marcado pelo compromisso com a sociedade, a sustentabilidade e a inclusão. A atuação focada na resolução de passivos processuais, preparação para a retomada do atendimento biométrico, aliada à preocupação com temas como a sustentabilidade, acessibilidade e valorização das mulheres e minorias, demonstra o engajamento da Justiça Eleitoral em promover uma atuação cada vez mais eficiente e voltada para as necessidades da sociedade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Presidência é a unidade máxima responsável pela gestão administrativa do Tribunal.

A Corregedoria cuida da conformidade dos serviços judiciários desenvolvidos pelos cartórios eleitorais. O Corregedor acumula, ainda, a função de vice-presidente do tribunal.

As principais áreas de suporte administrativo são as secretarias Judiciária; de Administração, Orçamento e Finanças; de Gestão de Pessoas; e de Tecnologia da Informação, posicionadas sob a Secretaria do Tribunal, cujo titular é o Diretor Geral.

Em relação às esferas judiciais do tribunal, os juízes eleitorais, compostos pelos juízes nas zonas eleitorais representam a primeira instância, enquanto os membros do tribunal representam a segunda instância.

Os juízes eleitorais são nomeados dentre os juízes de direito do Tribunal de Justiça (TJ).

O Pleno do Tribunal é composto por sete juízes, sendo: dois desembargadores do TJ; dois juízes escolhidos pelo TJ; um juiz do Tribunal Regional Federal (TRF); e dois juízes nomeados pelo presidente da República dentre três advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo TJ.

O atendimento ao público é realizado, na maior parte, pelos cartórios e postos de atendimento das zonas eleitorais distribuídas no estado.

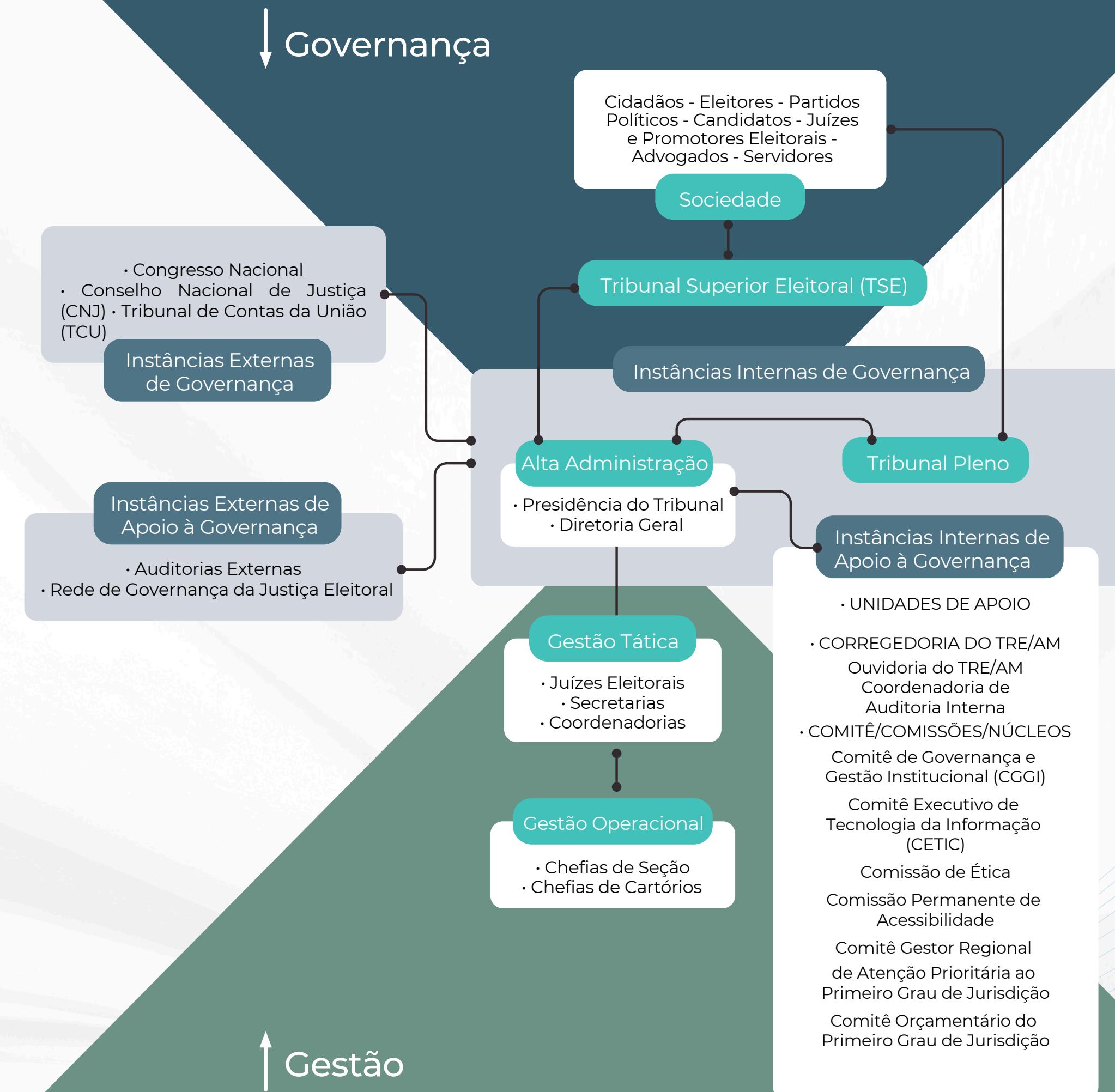
Para cumprir sua missão institucional o TRE-AM é estruturado conforme demonstrado no infográfico abaixo.



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O modelo de governança do TRE/AM é baseado no modelo publicado pelo Tribunal de Contas da União – TCU no Referencial Básico de Governança.

O modelo representa de forma estruturada como os atores interagem nas funções de governança e gestão para a realização da missão institucional.



INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

Alta Gestão



Jorge Manoel
Lopes Lins
Presidente



Carla Maria
Santos dos Reis
Vice-Presidente
e Corregedora



Melissa Lavareda
Ramos Nogueira
Diretora-Geral

Secretários



Almir Lopes
da Silva
Secretário
Judiciário



Evelyn Acordi
Makarem
Secretária de
Gestão de Pessoas



Ivan Carneiro
Vieira Júnior
Secretário de
Tecnologia da
Informação



Olívia Eliane
Lima da Silva
Secretária de
Administração,
Orçamento e Finanças

MODELO DE NEGÓCIO

COMO

ATIVIDADES CHAVE

- Resolução de Demandas Judiciais
- Manutenção do Cadastro dos Eleitores do Estado do Amazonas
- Realização de Eleições

PARCERIAS CHAVE

- Tribunal Superior Eleitoral
- Governo do Estado do Amazonas
- Prefeituras municipais
- Forças Policiais
- Forças Armadas
- Imprensa

RECURSOS CHAVE

- Magistrados
- Servidores
- Parque de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação)
- Urnas Eletrônicas

O QUÊ

PROPOSTA DE VALOR

- Garantir o Exercício da Cidadania
- Garantir a legitimidade do processo eleitoral

QUANTO

ESTRUTURA DE CUSTOS

- Infraestrutura de TIC
- Recursos Humanos
- Infraestrutura

FONTE DE RENDA

- Orçamento Público

RELAÇÃO COM CLIENTE

- Interatividade
- Descentralização do atendimento
- Cordialidade
- Transparéncia

CANAIS

- Portal na internet
- Ouvidoria
- Atendimento presencial

SEGMENTO DE MERCADO

- Eleitores
- Partidos Políticos
- Candidatos
- Imprensa

PARA QUEM

MODELO DE NEGÓCIO

RECURSOS

PESSOAL, INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

- Força de trabalho
- Ações educacionais
- Pessoas capacitadas

TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- Disponibilidade de soluções de TI
- Investimentos de TI
- Capacitação em segurança da informação

INFRAESTRUTURA, BENS E SERVIÇOS DE APOIO

- Atendimento ao eleitorado
- Índice de contratações sustentáveis
- Plano de Logística Sustentável

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

- Dotação orçamentária
- Orçamento pago

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

- Acordos de cooperação vigentes
- Manifestações na Ouvidoria
- Satisfação dos clientes
- Campanhas institucionais

PROCESSOS

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES E CONSULTAS POPULARES

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

EDUCAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

RESULTADOS

SEGURANÇA, INTEGRIDADE E LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

- cadastros eleitorais realizados
- cadastros partidários realizados
- eleitorado apto a votar
- candidaturas registradas
- urnas eletrônicas preparadas
- urnas eletrônicas distribuídas
- urnas eletrônicas utilizadas
- agentes envolvidos no processo eleitoral
- urnas auditadas
- nº de diplomações
- nº de votantes

SEGURANÇA E CONFORMIDADE JURÍDICAS DO PROCESSO ELEITORAL

- nº processos julgados que podem levar à perda do mandato eleutivo
- nº de outros processos judiciais e recursos originários julgados
- processos judiciais baixados
- nº de eleições suplementares

CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

- nº de ações de cidadania e educação eleitoral realizadas
- nº de ações de enfrentamento à desinformação realizadas
- nº de ações de promoção da memória institucional realizadas
- nº pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania e educação eleitoral realizadas
- nº pessoas atingidas pelas ações de enfrentamento à desinformação realizadas
- % de comparecimento às eleições
- nº visitas aos espaços de memória institucional

CADEIA DE VALOR

Processos Organizacionais

A cadeia de valor do TRE/AM é um instrumento para planificar internamente a percepção sobre o negócio da Justiça Eleitoral e sobre como geramos valor para a sociedade. As principais atividades do TRE-AM apresentadas na cadeia de valor estão organizadas em macroprocessos finalísticos e macroprocessos de apoio estratégico e administrativo.

O próximos diagramas mostram dois níveis (ou graus) de detalhamento. Ambos representam uma visão gerencial dos processos de trabalho. A arquitetura de processos deve contribuir para uma melhor compreensão, priorização, automação e melhoria dos processos de trabalho nos níveis mais operacionais.



CADEIA DE VALOR

Processos Organizacionais



MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro abaixo detalha um pouco mais os Macroprocessos finalísticos do TRE-AM e seus principais atributos.

Descrição

Eleições e consultas

Abrange as atividades relativas à operacionalização das eleições, do preparo à diplomação dos eleitos e manutenção do cadastro eleitoral.

Registro Partidário

As atividades relativas ao registros partidários, controle das filiações e análise das contas e partidos políticos.

Prestação Jurisdicional

Abrange as atividades relativas ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, publicação das decisões e jurisprudência do tribunal.

Educação Eleitoral e cidadania

Abrange as atividades relativas à promoção da cidadania, da memória institucional, e combate a desinformação.

Produtos e serviços

- Candidaturas julgadas
- Propaganda eleitoral fiscalizada
- Captação de votos realizada
- Resultados apurados e divulgados
- Candidatos eleitos diplomados
- Jurisdição das zonas eleitorais
- Títulos e certidões eleitorais
- Cadastro eleitoral fidedigno

- Registros atualizados de partidos políticos
- Cadastro de filiados políticos
- Análise das contas de partidos políticos

- Demandas judiciais atendidas
- Decisões publicadas
- Jurisprudência organizada e disponibilizada

- Ações de cidadania providas
- Ações de educação providas
- Promoção do enfrentamento à desinformação
- Apoio a eleições comunitárias
- Memória institucional valorizada

Principais clientes

- Partidos e candidatos
- Eleitores
- Sociedade

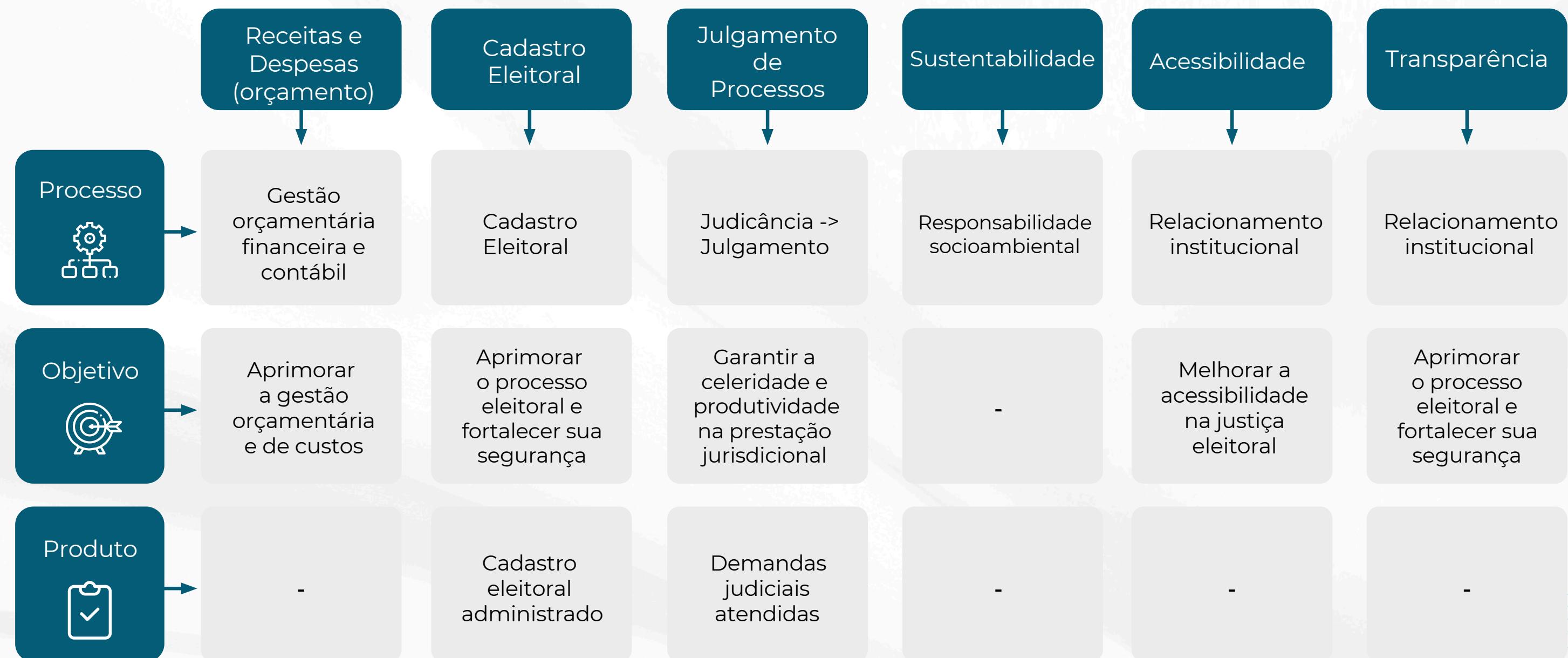
- Partidos Políticos
- Filiados a partidos políticos

- Partidos e candidatos
- Advogados e partes
- Juízes e promotores de Justiça

- Partidos e candidatos
- Eleitores
- Sociedade

MATERIALIDADE

Por meio de reuniões no âmbito do Comitê de Governança e Gestão Institucional – CGGI em 2023, foram priorizados os temas que impactam direta e indiretamente a geração de valor público pelo TRE/AM, baseando-se no modelo de negócios e na cadeia de valor.



TRE EM NÚMEROS

Judicância e Logística no Amazonas



3898

Processos Novos



6421

Decisões e Sentenças



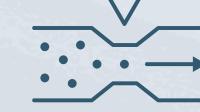
7605

Processos Baixados



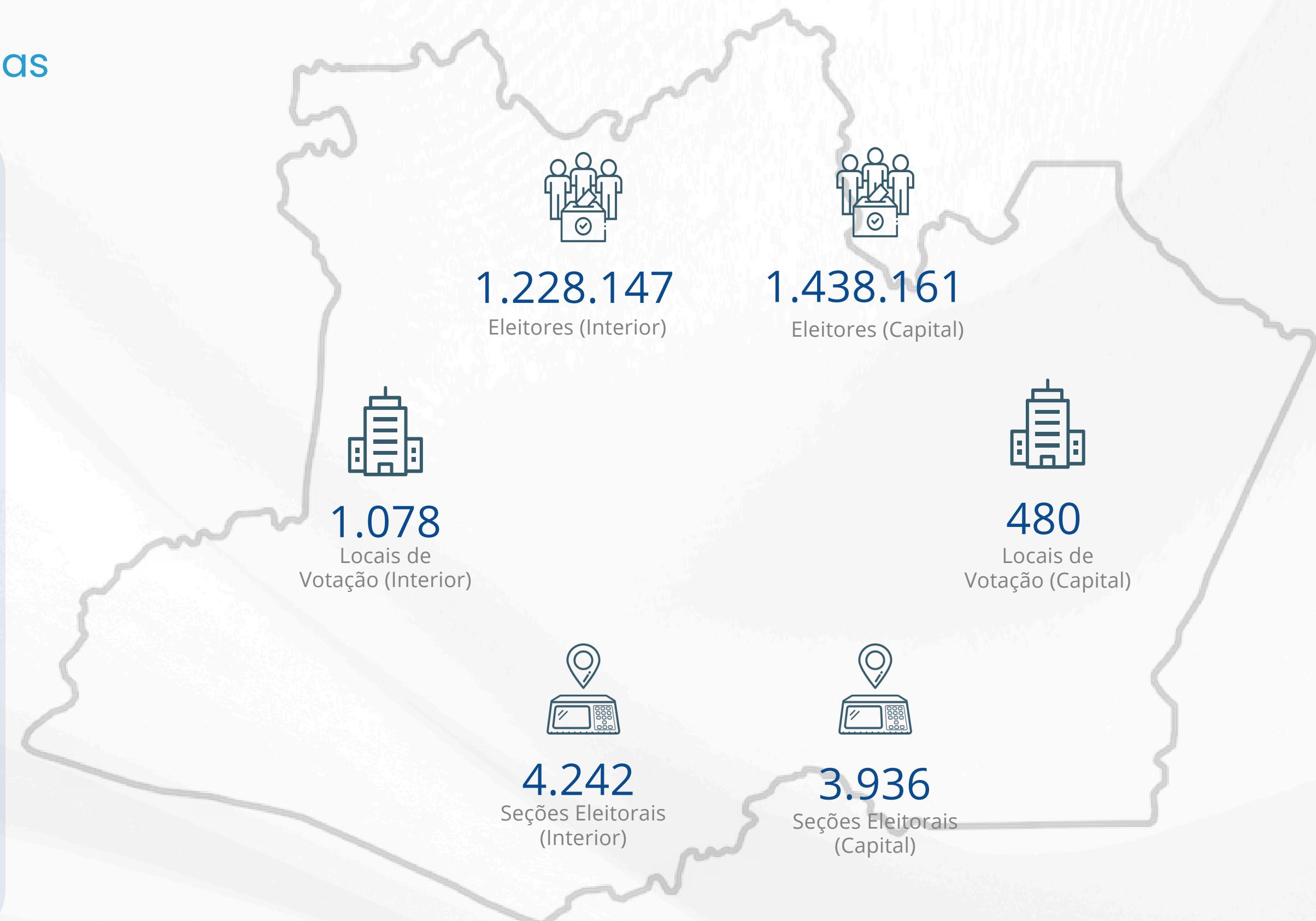
297,7%

Índice de Atendimento a Demanda - IAD



28,5%

Taxa de Congestionamento - TC



CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Os interessados podem entrar em contato com o TRE/AM pelos seguintes meios:

ASCOM

A Assessoria de Comunicação Social desenvolve atividades nas áreas de imprensa, relações públicas, comunicação digital, promoção, patrocínio, publicidade e cerimonial. Seu foco de atenção é a imprensa em geral.

 Telefone:
(92) 3632-4414
(92) 98430-8409

 E-mail: ascom@tre-am.jus.br

Internet/blog
www.tre-am.jus.br

 [/treamazonas](https://www.facebook.com/treamazonas)

 [@treamazonas](https://www.instagram.com/treamazonas)

 [@tre_am](https://www.tiktok.com/@tre_am)

 [@treamazonas](https://www.twitter.com/treamazonas)

 [TRE - Amazonas](https://www.youtube.com/TRE-Amazonas)

OUVIDORIA

Ouvidoria do TRE/AM recebe pedidos de informações, reclamações, denúncias, sugestões, críticas, dúvidas em geral, trata internamente e retorna as solicitações aos demandantes.

 Telefone:
(92) 3632-4499
0800-096-0004

 E-mail:
ouvidoria@tre-am.jus.br

 Correspondência:
Endereçada à Ouvidoria
Regional Eleitoral do
Amazonas,
Av. André Araujo, s/n, Aleixo,
CEP 69060-000, Manaus - AM



Atendimento
presencial:
Av. André Araújo,
n° 200 – Fórum
Eleitoral, Aleixo -
Manaus/AM

OUVIDORIA DA MULHER

 Telefone
(92) 3632-4454

 E-mail
ouvidoriadamulher@tre-am.jus.br

Capítulo

3

Mensagem do Presidente

Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

Governança, Estratégias e Alocação de Recursos

Gestão de Riscos

Resultados e Desempenho da Gestão

Informações Orçamentárias, Financeiras e
Contábeis

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

“Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”.

MISSÃO

“Consolidar-se como uma instituição efetiva, transparente e confiável”

VISÃO

- Acessibilidade
- Celeridade
- Comprometimento
- Ética
- Imparcialidade
- Inovação
- Responsabilidade socioambiental
- Transparência

VALORES

GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Visão Geral do Processo

Visando à melhoria das atividades que envolvem a execução e o monitoramento da estratégia o TRE/ AM aprovou, no final de 2018, sua metodologia de gestão da estratégia, por meio da Portaria TRE/AM nº 829/2018, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJe nº 231, em 10 de dezembro de 2018.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O plano estratégico do TRE/AM possui 09 objetivos estratégicos e 17 indicadores para a mensuração dos resultados, além das metas e das ações/projetos estratégicos.

Foi desenvolvido em alinhamento com os macrodesafios do Poder Judiciário, patrocinados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e segue as diretrizes da Resolução CNJ nº 325, de 29/06/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.

Os nove objetivos atualmente perseguidos pelo TRE/ AM encontram-se distribuídos em três perspectivas no mapa estratégico, conforme apresentado no diagrama.

A instituição busca alcançá-los de forma equilibrada, para que os resultados sejam consistentes e efetivos. Tanto os objetivos estratégicos quanto as perspectivas que os contêm possuem relações de causa e efeito. Assim, a perspectiva de base (Aprendizado e Crescimento) proporciona as condições para que a perspectiva apoiada (Processos Internos) possa gerar bons resultados.

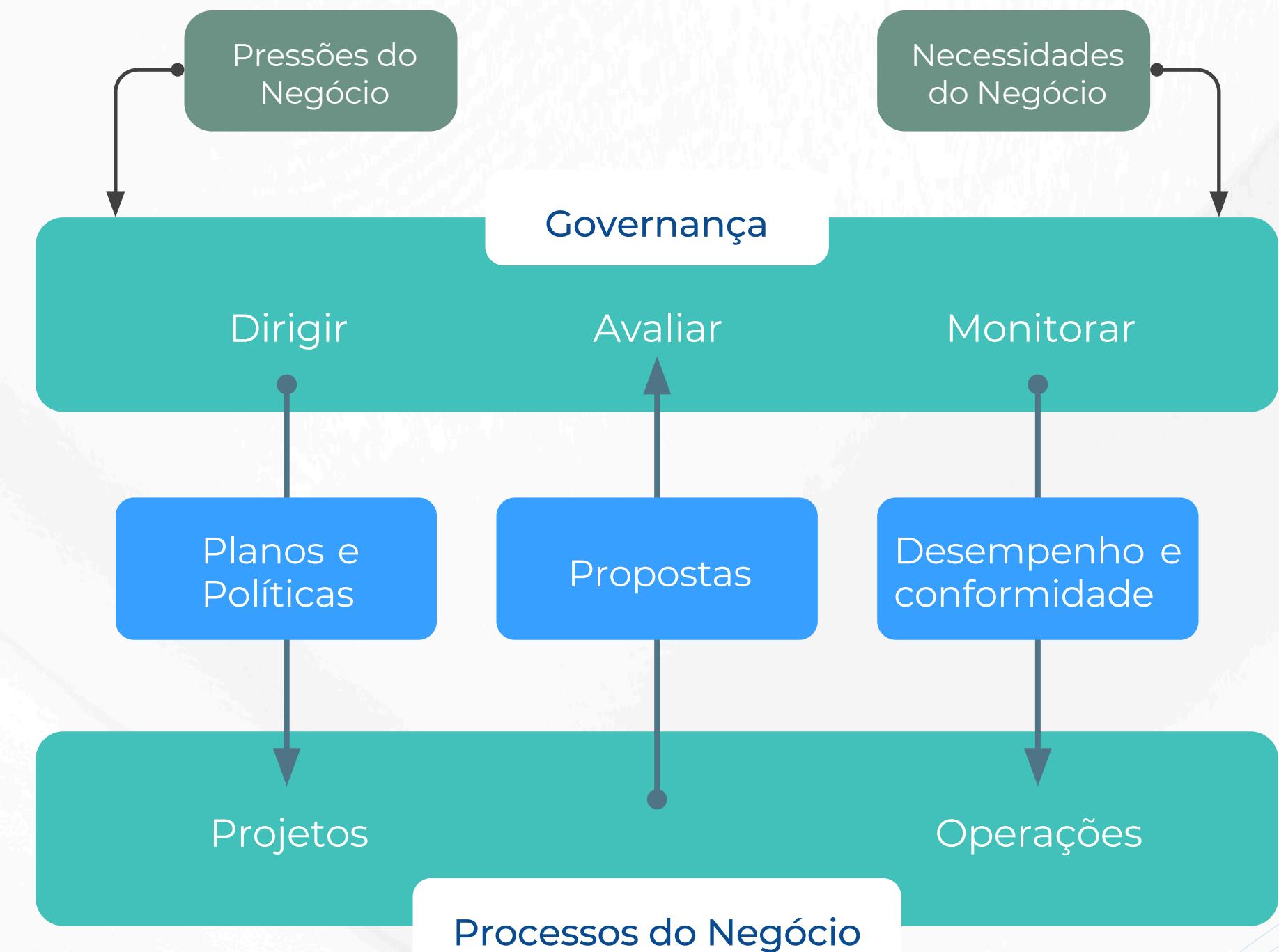


APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Nos termos do Referencial Básico de Governança, publicado pelo Tribunal de Contas da União, a governança é composta por três mecanismos, quais sejam: Liderança, Estratégia e Accountability, ao passo que a gestão engloba os Resultados e Operação.

No TRE/AM as atividades essenciais de governança (dirigir, avaliar e monitorar) são realizadas, com o apoio do Comitê de Governança e Gestão Institucional - CGGI, pela Alta Administração representada pela Presidência, Vice Presidência e Diretoria Geral.

As funções de planejar, executar e controlar são realizadas pelas secretarias do TRE/AM que também são apoiadas pelo CGGI.



Capítulo

4

Mensagem do Presidente

Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

Governança, Estratégias e Alocação de Recursos

Gestão de Riscos

Resultados e Desempenho da Gestão

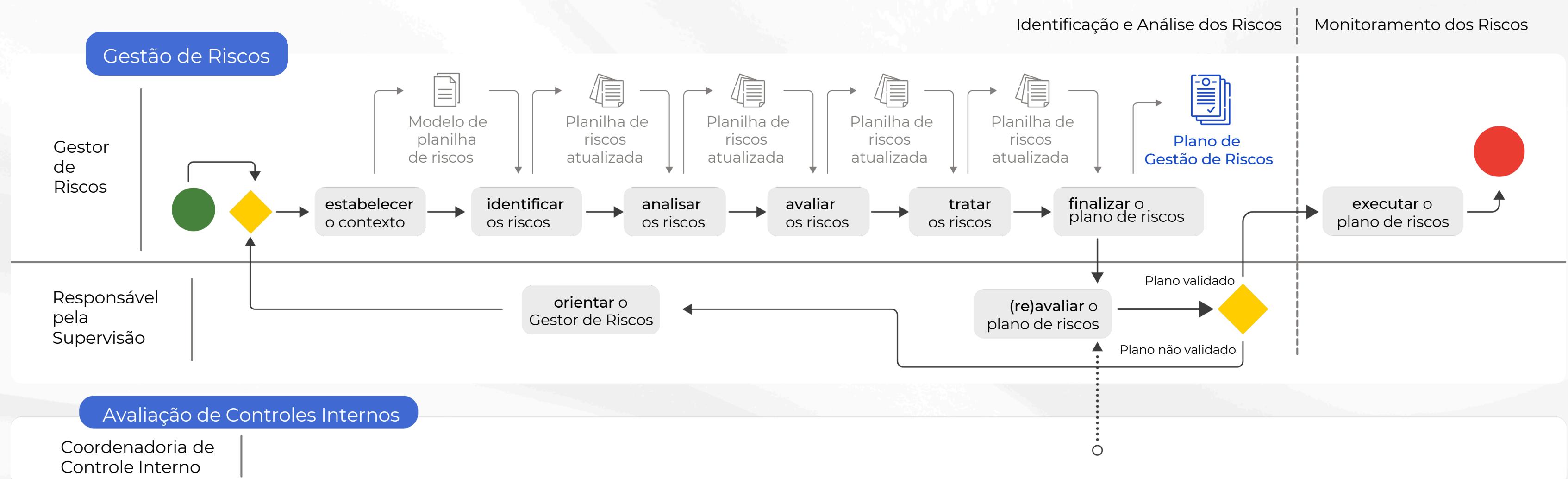
Informações Orçamentárias, Financeiras e
Contábeis

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Em 2019, o presidente do TRE/AM assinou a Portaria nr. 423/2019, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 2 de julho, instituindo, com esse ato, uma política interna para a gestão de riscos. Dado o estágio inicial de maturidade do TRE/ AM em relação ao tema, a política de gestão de riscos foi estruturada de forma bem simplificada, de modo a facilitar sua aplicação pelos gestores das principais áreas.

De acordo com a política instituída, o processo de gestão de riscos contempla o estabelecimento do contexto, a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento e o monitoramento dos riscos. As atividades do processo foram distribuídas em apenas duas etapas:

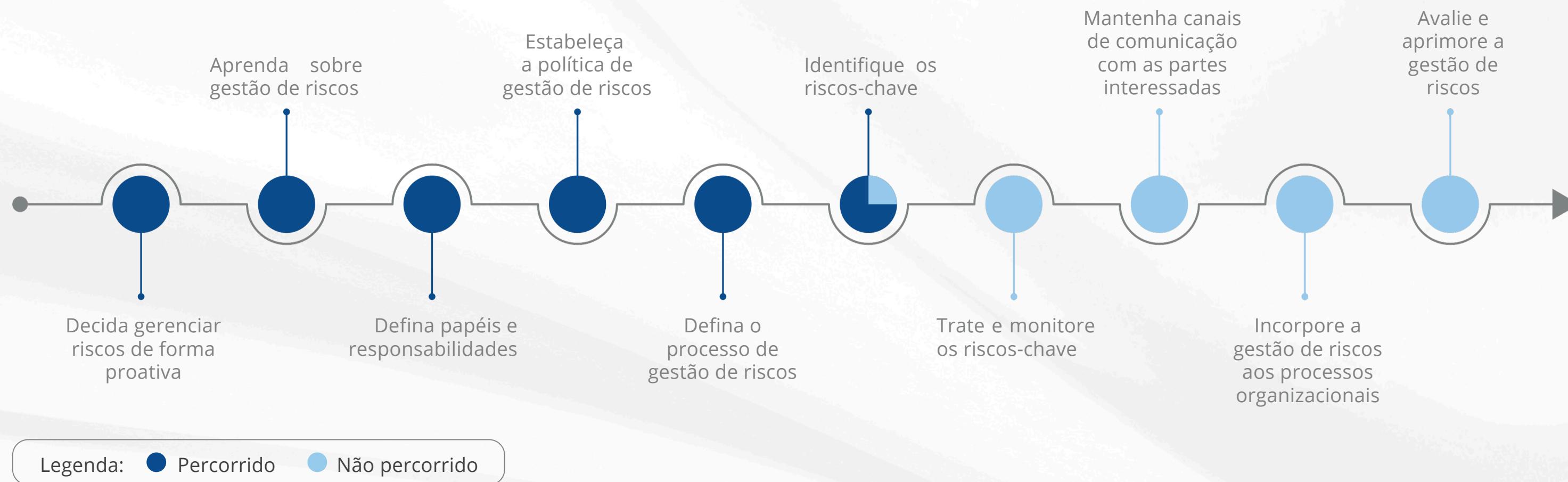
Identificação e Análise dos Riscos e Monitoramento dos Riscos. A principal saída do processo é um plano para gerenciar os riscos, que deve orientar a fase de monitoramento. Os fluxos do processo de trabalho da gestão de riscos, com a descrição detalhada das atividades encontram-se publicados na intranet do TRE/AM, acessível a todos os gestores/servidores.



NÍVEL DE MATURIDADE EM GESTÃO DE RISCOS

Não obstante haver uma Política aprovada, bem como algumas iniciativas de gestão de riscos colocadas em prática, o nível de maturidade do TRE/AM deve ser considerado “Inicial”, considerando a escala proposta pelo TCU em sua publicação “GESTÃO DE RISCOS – Avaliação da Maturidade, de janeiro de 2018.

Para melhor posicionar a situação do TRE/AM em relação à gestão de riscos, com base em “10 PASSOS PARA A BOA GESTÃO DE RISCOS”, também do TCU, o TRE/AM encontra-se da seguinte maneira:



Capítulo

5

Mensagem do Presidente

Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

Governança, Estratégias e Alocação de Recursos

Gestão de Riscos

Resultados e Desempenho da Gestão

Informações Orçamentárias, Financeiras e
Contábeis

RESULTADOS INSTITUCIONAIS: JUDICÂNCIA

Entende-se por judicância a realização da prestação jurisdicional, ou seja, a capacidade que o tribunal possui de absorver e responder aos litígios judiciais trazidos pelas partes no processo eleitoral ou fora dele.

Os resultados apresentados nesta seção estão, inclusive por critérios de comparabilidade, alinhados às definições de parametrização dos índices previamente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ para todo o Judiciário.

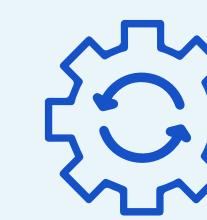


Estratégia

Garantir a celeridade e produtividade da prestação jurisdicional



Macroprocesso Judicância



Processo

Processamento; Julgamento; Publicação



Resultado

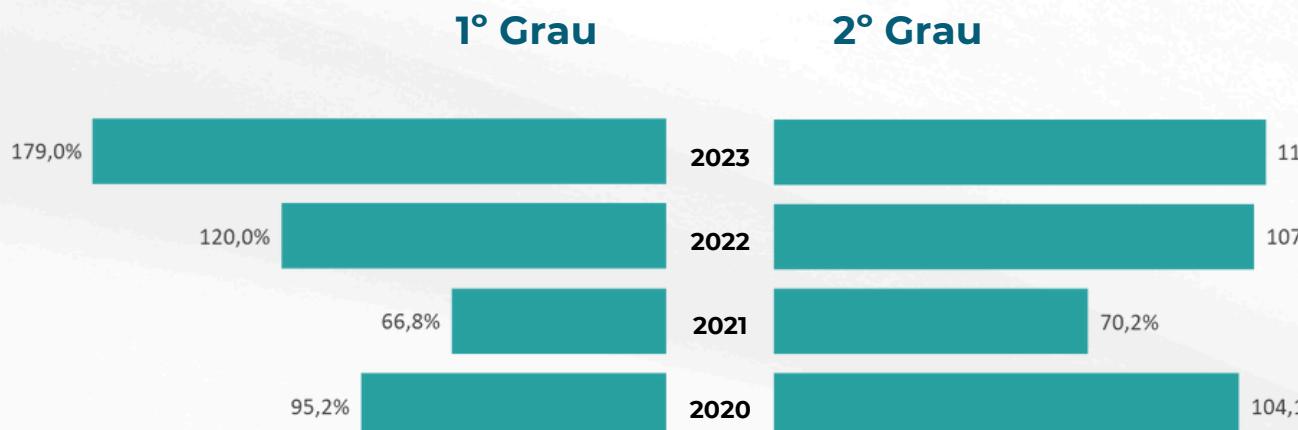
Aumento do índice de atendimento a demanda; Diminuição do tempo médio de duração dos processos

RESULTADOS INSTITUCIONAIS: JUDICÂNCIA

META 1

Julgar mais processos que os distribuídos

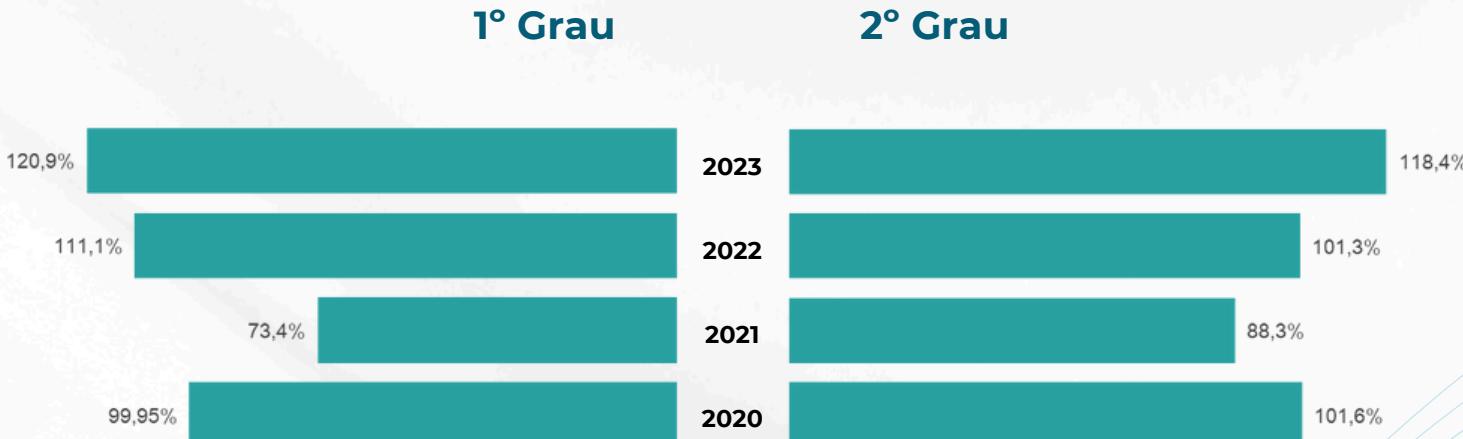
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, ou seja, o indicador representa em quantidade a relação entre processos que ingressaram no tribunal e os processos julgados. O item possui polaridade de quanto maior melhor.



META 2

Julgar processos mais antigos

Para o exercício de 2022 a meta 2 consistia em identificar e julgar até 31/12/2022 pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020, o indicador representa a capacidade do tribunal em julgar seu estoque processual. A polaridade do indicador é quanto maior melhor.



RESULTADOS INSTITUCIONAIS: JUDICÂNCIA

Casos novos de 1º grau e 2º grau

Número de processos que entraram no instância para julgamento

1º Grau

1491
817
479
25081
1855

2º Grau

2023
2022
2021
2020
2019

384
2506
372
635
112

Total de processos baixados no 1º e 2º grau

Número de processos que foram efetivamente baixados terminando a tramitação na instância

1º Grau

4497
4857
6806
12926
2831

2º Grau

2023
2022
2021
2020
2019

1085
1795
339
713
748

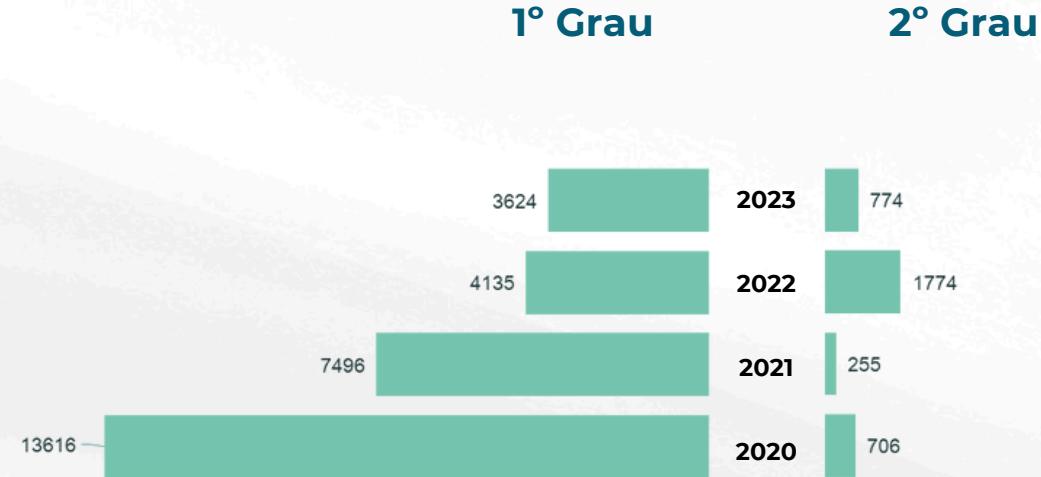
Decisões terminativas de processo no 1º e 2º grau

Número de julgamentos proferidos pelas instâncias do tribunal

RESULTADOS INSTITUCIONAIS: JUDICÂNCIA

Decisões terminativas de processo no 1º e 2º grau

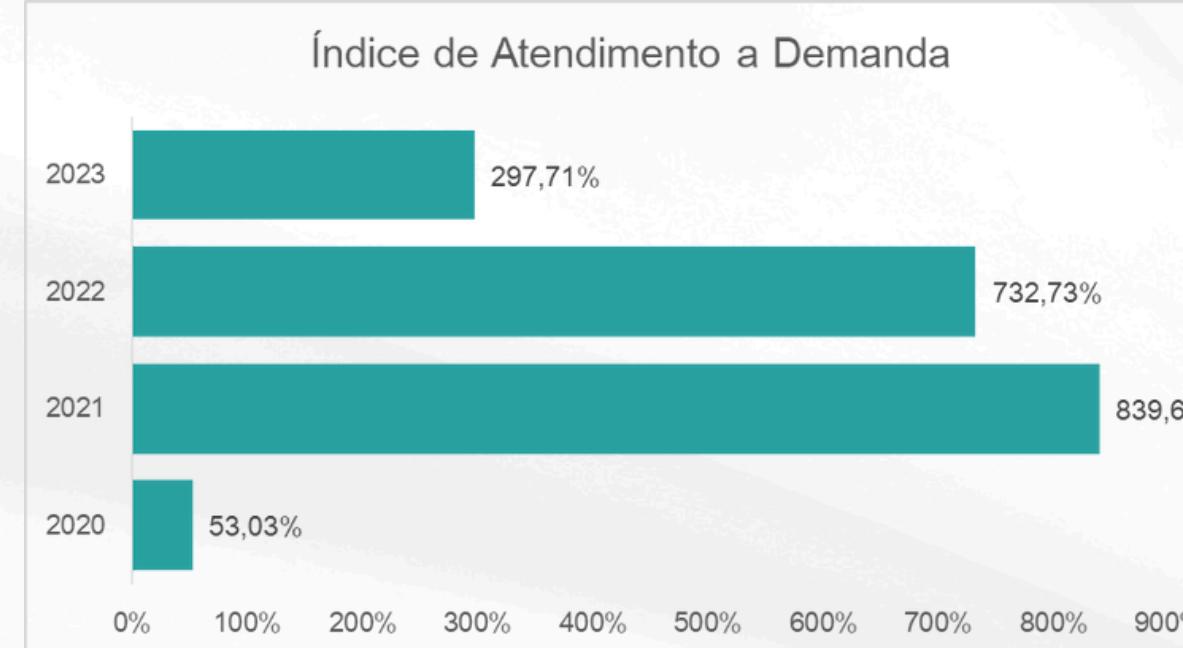
Número de julgamentos
proferidos pelas instâncias do
tribunal



RESULTADOS INSTITUCIONAIS: JUDICÂNCIA

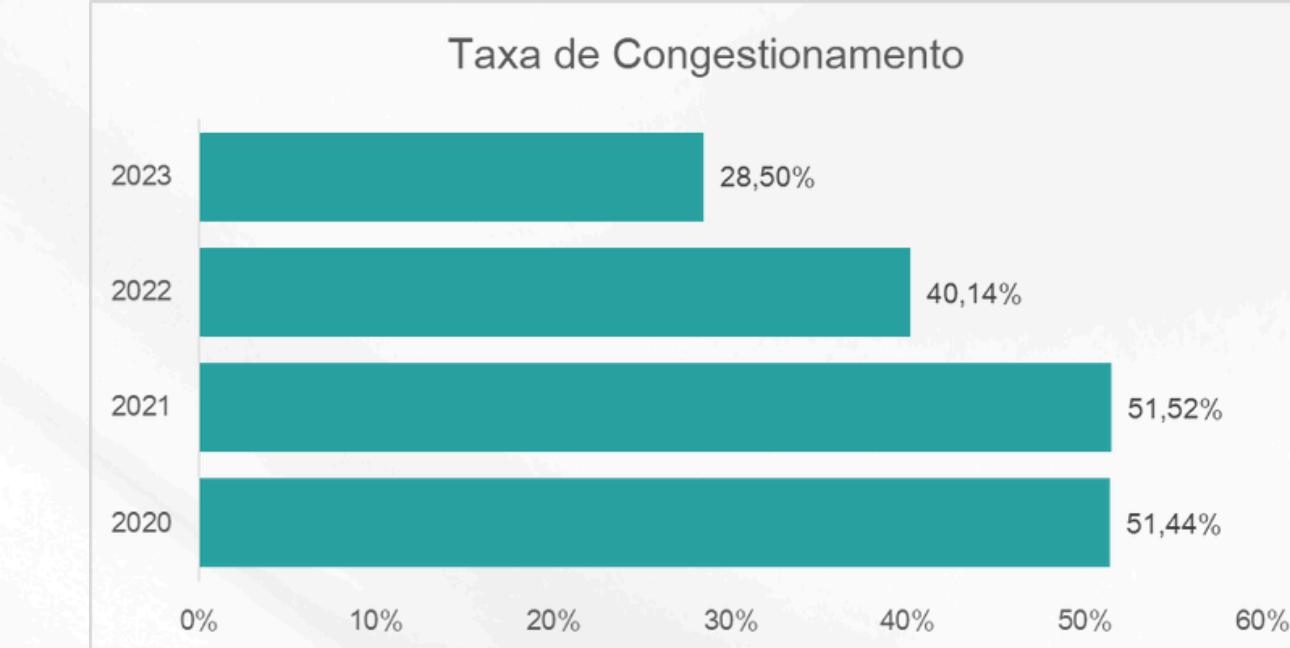
Índice de Atendimento à Demanda - IAD

É a relação entre os processos baixados e os casos novos que ingressaram no TRE/AM. Este índice é medido em porcentagem, sendo que valores superiores a 100% indicam que houve mais baixas (processos encerrados) do que processos ingressados.



Taxa de Congestionamento - TC

É um medidor da efetividade do tribunal em determinado período sob o prisma do julgamento de processos. Uma alta taxa de congestionamento significa que o tribunal não consegue dar vazão aos estoques de processos e aos processos novos ingressados, gerando acúmulos ao longo do tempo.



RESULTADOS INSTITUCIONAIS: COMBATE À CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A contribuição deste regional ao combate à corrupção e a improbidade administrativa ocorre sob duas perspectivas.

Na **perspectiva externa** relaciona-se com o macroprocesso finalístico de Judicância e traduz-se em priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de crimes eleitorais. Na **perspectiva interna** relaciona-se com os macroprocessos de governança e gestão, de Auditoria Interna e de Correções e Inspeções, visando medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto, bem como à proteção do patrimônio público sob a custódia do tribunal.



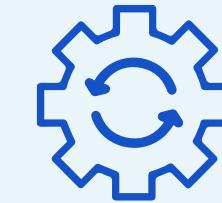
Estratégia

Combater a corrupção e a improbidade administrativa.



Macroprocesso

Prestação Jurisdicional;
Combater a corrupção e a improbidade administrativa.



Processo

Auditoria Interna e Correções e Inspeções.



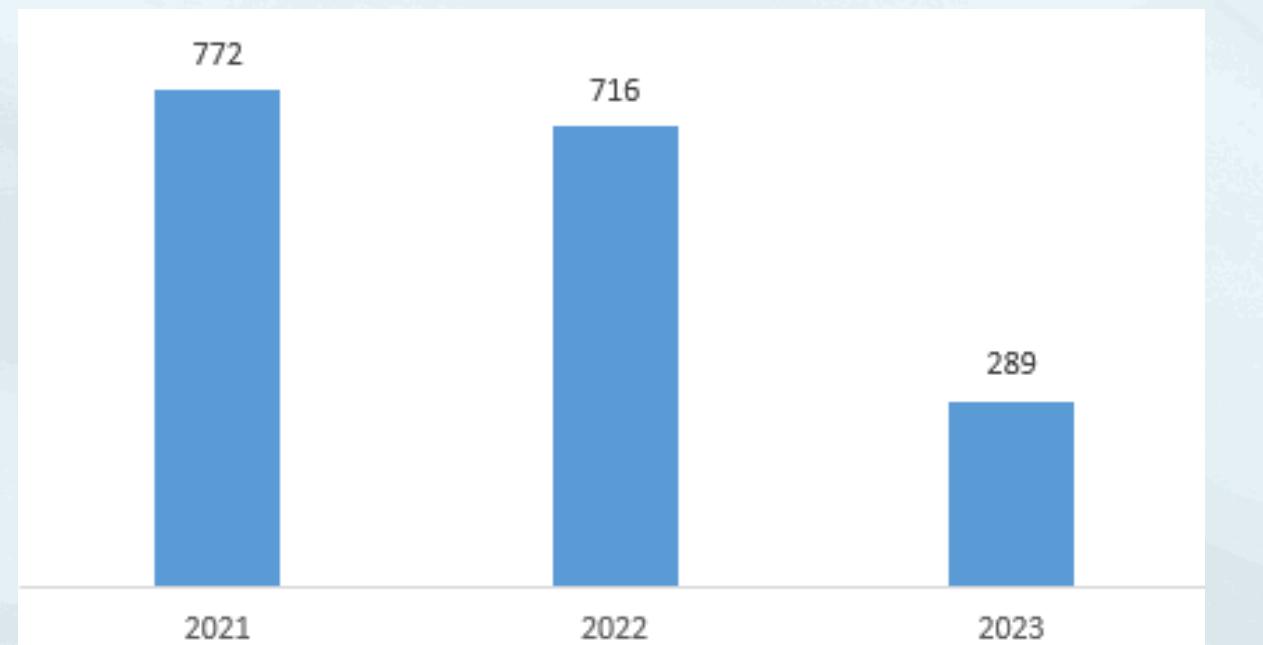
Resultado

Julgamento em até um ano dos processos que envolvem combate a corrupção ou improbidade administrativa; Todas as recomendações do TCU e da auditoria interna foram atendidas.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS: COMBATE À CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

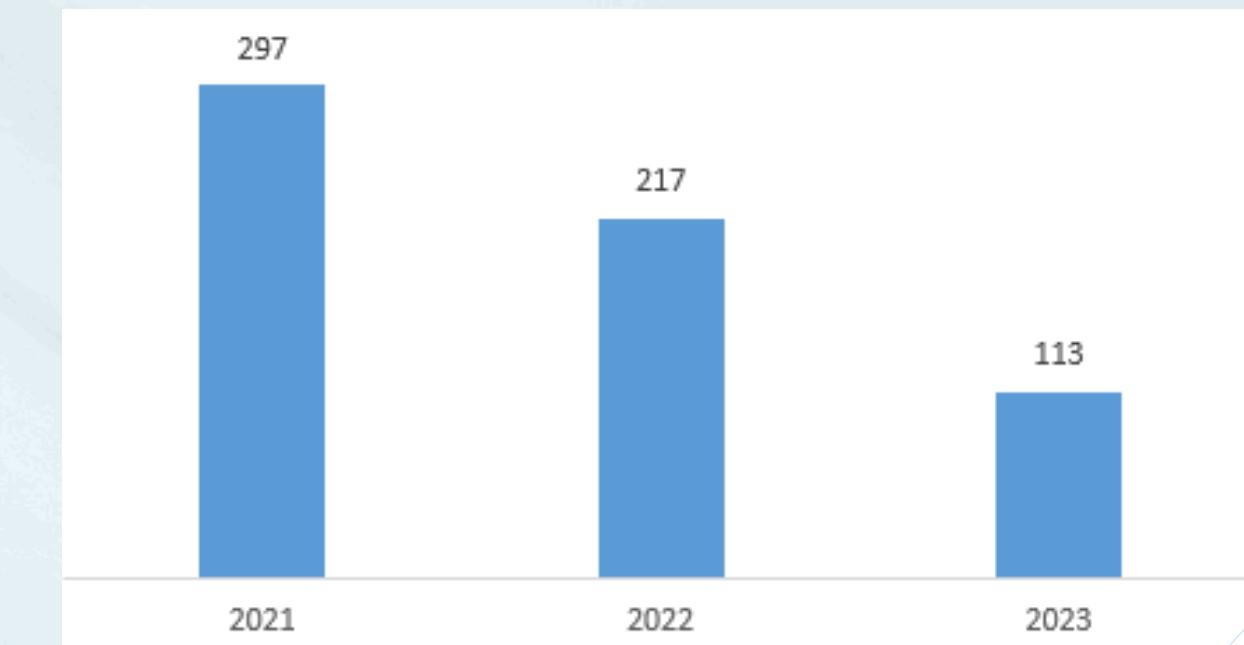
Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais

O indicador é lastreado na Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e mede o tempo médio (em dias) em que processos de ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2020 ficam em situação de pendência, considerando como limite o término do exercício de 2023



Tempo médio de tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares

Na perspectiva interna do combate à corrupção, o índice busca medir (em dias) a capacidade que o TRE/AM possui em decidir os processos disciplinares em sentido amplo evitando o congestionamento.



RESULTADOS INSTITUCIONAIS:

SOCIEDADE

Por fim, esta perspectiva busca representar como a Instituição se relaciona com os beneficiários de seus serviços, visando o fortalecimento de sua relação com a sociedade.

Deve direcionar todas as ações da instituição em busca de atingir o seu objetivo principal, que é a garantia os direitos fundamentais e o fortalecimento da democracia.

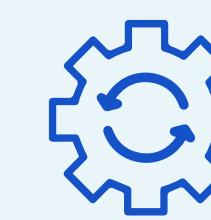


Estratégia

Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade



Macroprocesso Sociedade



Processo
Relacionamento
Institucional



Resultado
Relacionamento
institucional
mantido;
Transparência

RESULTADOS INSTITUCIONAIS:

SOCIEDADE

Termo de Cooperação Técnica entre o TRE/AM por meio da Ouvidoria da Mulher do TRE/AM e a Associação Amazonense de Municípios



Em 2023 a o TRE-AM por meio da Ouvidoria da Mulher elaborou Termo de Cooperação Técnica com a Associação Amazonense de Municípios, o qual visa incentivar por meio da referida associação a criação de Ouvidorias da Mulher no âmbito Poder Executivo Municipal dos municípios associados.

Possui como escopo ao final a preocupação das demandas de violência contra a mulher, referentes a questões de Igualdade de Gênero, ao Assédio Moral, Sexual, Discriminação ou outra forma de violência contra a mulher.

O incentivo pode propiciar a participação feminina no processo de otimização e aperfeiçoamento da gestão pública, consolidando assim, o exercício da cidadania e a democracia deliberativa e inclusiva.

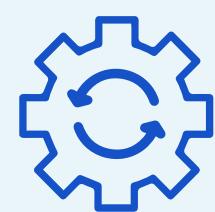
Vale destacar que os municípios de Manacapuru e Presidente Figueiredo já aderiram ao referido termo.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS: OUTRAS INFORMAÇÕES DAS PRINCIPAIS ÁREAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS INSTITUCIONAIS

Cada uma das áreas em destaque desempenha um papel vital na promoção da excelência operacional e na realização da missão do Tribunal Regional Eleitoral. Ao destacar os resultados dessas áreas, buscamos não apenas celebrar as conquistas alcançadas, mas também identificar oportunidades de aprimoramento contínuo e ações estratégicas para o futuro reforçando o compromisso com a integridade, a democracia e a justiça.

À medida em que nos aprofundamos na análise dos resultados institucionais alcançados pelo Tribunal Regional Eleitoral, é crucial compreender os elementos fundamentais que impulsionaram esses êxitos. Ao direcionar o foco para os pilares essenciais que sustentam o desempenho exemplar da nossa instituição e ao examinar os resultados das principais áreas que contribuíram para o alcance de nossos objetivos institucionais, oferecemos uma visão abrangente das conquistas, desafios e perspectivas futuras.

Este exame minucioso nos inspira a perseguir a excelência em todas as áreas de atuação, promovendo uma administração cada vez mais eficiente, transparente e responsável.



GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

• Orçamento Público e Realização de Despesa:

O orçamento público é um instrumento de planejamento que a Administração utiliza para estimar as despesas a serem executadas no exercício financeiro seguinte.

O planejamento do orçamento é fundamental para a Administração equilibrar a utilização dos recursos financeiros visando efetivar os projetos no âmbito de cada Unidade Administrativa.

A execução do orçamento público está diretamente ligada à existência do financeiro, pois, havendo orçamento e não existindo o financeiro, não se poderia efetivar a execução da despesa. Assim, por estarem ligadas, a execução financeira e orçamentária ocorre concomitantemente.



Após o planejamento e definido os respectivos limites orçamentários, é criado o crédito orçamentário e, a partir desse, inicia-se propriamente a execução orçamentária.

Nesse sentido, para a efetivação da execução orçamentária, a realização da despesa deve seguir, de modo geral, três estágios distintos definidos pela Lei nº 4320/64, quais sejam:

EMPENHO	Fase em que é criada a obrigação de pagamento da despesa pelo ente público
LIQUIDAÇÃO	Etapa em que é cobrada a prestação de serviços, a entrega de bens ou a realização de obras. Envolve todos os atos de verificação e conferência
PAGAMENTO	Evento em que se entrega o dinheiro ao credor, após autoridade competente determinar que a despesa liquidada seja paga

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Visão Geral da Execução Orçamentária e Financeira 2023

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas recebeu dotação orçamentária total (LOA + créditos adicionais) de R\$ 183,77 milhões (R\$ 183.770.492). Desse total, foram empenhadas R\$ 175,04 milhões (R\$ 175.047.356), liquidadas R\$ 152,68 milhões (R\$ 152.687.083) e pagas despesas no montante de R\$ 152,68 milhões (R\$ 152.687.083), valor esse equivalente a 83,08% da dotação total (LOA + Créditos adicionais). Quanto ao orçamento específico recebido para realização do programa Pleitos Eleitorais, o Tribunal recebeu dotação de R\$ 3,38 milhões (R\$ 3.384.155), tendo empenhado desse total o montante de R\$ 2,78 milhões (R\$ 2.783.166), liquidado R\$ 152,8 mil (R\$ 152.882) e pago despesas no montante de R\$ 152,8 mil (R\$ 152.882), valor esse equivalente a 4,52% do orçamento específico recebido.



Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Execução Orçamentária 2023

A Lei Orçamentária Anual de 2023 LOA/2023 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas dotação inicial na ordem de R\$ 151.048.663 (cento e cinquenta e um milhões, quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e três reais). Contudo, diante dos pedidos de créditos adicionais e devoluções de créditos no decorrer do exercício de 2023, sendo acréscimos de créditos e provisões da ordem de R\$ 34,86 milhões, decréscimos/bloqueios de dotações além das devoluções na ordem de R\$ 2,14 milhões, o orçamento/2023 teve uma dotação líquida de R\$ 183.770.492 (cento e noventa e seis milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais).

Impende explicitar que os Tribunais Regionais Eleitorais, além do orçamento supramencionado, relativo à dotação prevista na LOA, podem receber dotações orçamentárias específicas, correspondentes ao tipo de ação/meta a ser executada pelo Regional, como por exemplo, dotação na ação orçamentária de Pleitos Eleitorais na ordem de R\$ 3.384.156 (três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis reais).

Dotação Líquida 2023

ORÇAMENTO LOA + CRÉDITOS ADICIONAIS			
Despesas Correntes		Despesas de Capital	
Pessoal, Encargos e Benefícios	R\$ 138.394.867	Investimentos	R\$ 9.851.932
Custeio	R\$ 35.523.691		

ORÇAMENTO ESPECÍFICO AÇÃO PLEITOS ELEITORAIS	
Despesas Correntes	
Pessoal e Encargos	R\$ 1.759.684
Manutenção de Urnas Eletrônicas	R\$ 300.000
Custeio	R\$ 0
Investimentos (Biometria)	R\$ 1.324.470

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Execução Financeira 2023

Gastos com Pessoal: para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, foram aqui inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral, assistência médica e odontológica), benefícios, indenizações de caráter trabalhista, além das despesas de pessoal e encargos sociais.

Despesas de Custeio: despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional.

Despesas de Investimentos: dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI etc.

Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

Finalísticas: atendimento ao eleitor (emissão de títulos, certidões, etc.); diligências (cumprimento de mandados, realização de audiências etc.); publicação de orientações através dos meios de comunicação e de cartazes; palestras de conscientização sobre o voto e a cidadania (escolas, entidades governamentais etc.);

Obras e reformas: construção, reforma, manutenção de edificações/ instalações;

Sistemas informatizados: desenvolvimento, manutenção e aprimoramento de sistemas de apoio fundamentais às atividades finalísticas;

Administrativas: serviço de apoio às atividades finalísticas.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Distribuição das despesas executadas em 2023

Orçamento LOA + Créditos adicionais

1.1. Despesas do Exercício Corrente

1.1.1. Despesas Correntes

- Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios: R\$ 129.681.796
- Custeio: R\$ 19.751.788,67

1.1.2. Despesas de Capital

Investimento: R\$ 3.253.499

1.2. Despesas de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar)

1.2.1. Despesas Correntes

- Pessoal, Encargos sociais e Benefícios: R\$ 6.558.683
- Custeio: R\$ 1.378.805

1.2.2. Despesas de Capital

- Investimento: R\$ 4.850.503

Orçamento Específico Ação Pleitos Eleitorais

2. Orçamento Específico Ação Pleitos Eleitorais:

2.1. Despesas do Exercício Corrente

2.1.1. Despesas Correntes

- Pessoal e Encargos sociais: R\$ 60.500
- Custeio: R\$ 0,00
- Manutenção de urnas eletrônicas – R\$ 92.382,50

2.2. Despesas de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar)

2.2.1. Despesas Correntes

- Pessoal: R\$ 1.641.722,10
- Custeio: R\$ 52.009,06

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Valores pagos - Despesas totais

Considerando os dois orçamentos concedidos ao Tribunal, o valor pago de despesas do Exercício Corrente 2023 totalizou R\$ 152,68 milhões, dos quais, R\$ 129,68 milhões foram despesas pagas com "Pessoal, Encargos sociais e Benefícios"; R\$ 19,75 milhões com "Custeio"; e R\$ 3,25 milhões com "Investimento".

Já o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) o valor pago total ficou em R\$ 12,77 milhões, sendo que R\$ 6,55 milhões foram despesas pagas com "Pessoal, Encargos sociais e Benefícios"; R\$ 1,37 milhões com "Custeio"; e R\$ 4,85 milhões com "Investimento", o que elevou a execução financeira total para a cifra de R\$ 184,67 milhões.

Considerando todos os pagamentos realizados em 2023 em todas as ações orçamentárias (Exercício Corrente + Restos a Pagar de exercícios anteriores), verifica-se a seguinte distribuição por natureza de despesa:

Despesa paga total: R\$ 165.475.074, sendo que:

- Pessoal, Encargos sociais e Benefícios:**

R\$ 136.240.478

- Custeio:**

R\$ 21.130.593

- Investimento:**

R\$ 8.104.001

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Principais normas internas e mecanismos de controles adotados na folha de pagamento e na gestão de pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Resolução TRE/AM n.º 05/2012 – Disciplina a concessão de diárias e ajuda de custo.

Portaria TRE/AM n.º 594/2022 – Dispõe sobre o horário de atendimento ao público, a jornada de trabalho, o controle de frequência, o regime de serviço extraordinário e o banco de horas no âmbito do TRE/AM.

Instrução Normativa TRE/AM n.º 002/2020 – Regulamenta a cessão e a requisição de servidores no âmbito do TRE/AM.

Instrução Normativa TRE/AM n.º 002/2016 – Dispõe sobre consignação em Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do TRE/AM.

Portaria TRE/AM n.º 035/2017 – Subdelega competência para a COPES, COEDE e COMED nas matérias que especifica.

Portaria TRE/AM n.º 419/2021 – Subdelega competência para a COPES nas matérias que especifica.

Portaria TRE/AM n.º 1035/2008 – Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores do Tribunal.

Instrução Normativa TRE/AM n.º 002/2021 – Regulamenta a perícia oficial em saúde, a reavaliação médica periódica, a concessão de licença para tratamento da própria saúde e a concessão de licença para acompanhar pessoa doente na família.

Portaria TRE/AM n.º 111/2019 – Regulamenta o TRE+SAÚDE.

Portaria TRE/AM n.º 112/2019 – Dispõe sobre a concessão do Auxílio-Saúde.

Resolução TRE/AM n.º 01/2012 e **Portaria TRE/AM n.º 655/2022** – Dispõe sobre a substituição de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento.

Resolução TRE/AM n.º 012/2021 – Regulamenta a concessão de condições especiais de trabalho aos magistrados e servidores, previstas na Resolução n.º 343/2020/CNJ.

Resolução TRE/AM n.º 013/2021 – Institui o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Portaria TRE/AM n.º 456/2023 e **Portaria TRE/AM n.º 522/2023** – Regulamenta o regime de teletrabalho e de trabalho híbrido no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Instrução Normativa TRE/AM n.º 001/2022 – Dispõe sobre a Licença para Capacitação Profissional no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Portaria TRE/AM n.º 721/2023 e **Portaria TRE/AM n.º 722/2023** – Dispõe sobre a substituição das funções de chefia de cartório ou de assistência de posto de atendimento quando existir apenas um servidor ou servidora em efetivo exercício na unidade.

Portaria TRE/AM n.º 677/2023 – Atualiza o regramento do Grupo de Apoio às Zonas Eleitorais; dispõe sobre o recrutamento de servidores para exercer, em substituição, as Chefias de Cartório nas Zonas Eleitorais do interior do Estado.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Força de Trabalho e Alocação de Recursos Humanos

A força de trabalho de Tribunal é composta por desembargadores, procurador, advogados, magistrados, promotores e servidores efetivos (presencial e em teletrabalho), requisitados de outros órgãos e cedidos por outros órgãos, sem vínculo com a administração pública, removidos para o TRE/AM ou em exercício provisório no Tribunal, além de estagiários e colaboradores terceirizados para apoio administrativo conforme demonstrativo.

Por não possuir quadro próprio, os Membros da Corte do 2º Grau (desembargadores, procurador, magistrados e advogados), Juízes Auxiliares e os Juízes e Promotores Eleitorais do 1º Grau, que integram a força de trabalho da Justiça Eleitoral do Amazonas, são oriundos do Tribunal de Justiça do Amazonas, da Justiça Federal, dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e da ordem dos advogados.

PLENÁRIO

Membros da Corte - 2º Grau (titulares) 5
Membros da Corte - 2º Grau (substitutos) 6
Procurador Regional Eleitoral - 2º Grau (titular) 1
Procurador Regional Eleitoral - 2º Grau (substituto) 1

JUÍZES E PROMOTORES ELEITORAIS

Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria - 2º Grau 2
Juízes Eleitorais - 1º Grau 60
Promotores Eleitorais - 1º Grau 60

CARGOS EFETIVOS

Cargos efetivos existentes 322
Cargos efetivos ocupados 279
Cargos efetivos vagos 34

SERVIDORES

Efetivos - Quadro próprio 279
Requisitados ou cedidos para o TRE/AM 209
Removidos ou em Exercício Provisório para/no TRE/AM 2
Sem Vínculo com Administração Pública 12
Cedidos, Licenciado ou Removidos para outros órgãos 9

COLABORADORES

Estagiários 80
Jovens Aprendizes 2
Terceirizados do Apoio Administrativo 40

OUTROS INDICADORES

Servidores em teletrabalho 42
Servidores empossados no exercício – Provimento 1
Vacância por redistribuição 8
Vacância por falecimento 1
Vacância por posse em cargo inacumulável 3
Vacância por aposentadoria 3
Zonas Eleitorais do interior COM servidor do quadro efetivo 55
Zonas Eleitorais do interior SEM servidor do quadro efetivo 5

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Previdência Social, Inativos e Pensionistas

O TRE/AM possui (em DEZ/2023) 28 (vinte e oito) servidores aposentados e 27 (vinte e sete) servidores em condições de aposentadoria beneficiários do Abono de Permanência, além de 17 (dezessete) pensionistas.

Quanto à contribuição para os Regimes de Previdência Social, este Regional conta com 287 (duzentos e oitenta e sete) servidores inscritos no RPPS – Regime Próprio de Previdência Social – PSSS, sendo que, entre estes, 231 (duzentos e trinta e um) contribuem sobre a remuneração integral, nos termos do art. 4º da Lei n. 10.887/2004 e 56 (cinquenta e seis) contribuem sobre o valor, apenas, do limite máximo do RGPS – Regime Geral de Previdência Social, consoante art. 40, §14, e 202 da CF/88.

Desses 56 (cinquenta e seis) servidores, que contribuem sobre o TETO do RGPS, 34 (trinta e quatro) aderiram ao Regime de Previdência Complementar – FUNPRESPIUD, conforme Lei n.º 12.618/2012 (alterada pela Lei n.º 14.463/2022):

Dados sobre a Previdência Social (Base: Dezembro/2022)

Aposentados	28
Pensionistas	17
Abono de Permanência	27
Contribuintes ativos	287
Contribuição sobre a Remuneração Integral	231
Contribuição sobre o Teto do RGPS	56
Inscritos no FUNPRESPIUD	34

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Banco de Horas para usufruto de folgas

O TRE/AM tem como uma de suas políticas de gestão de pessoas, o registro de saldo positivo/negativo de horas em banco de horas para usufruto de folgas/compensações pelos servidores, cujo saldo total (todos os servidores) demonstra-se no quadro abaixo:

ANO	TOTAL DE BH (apurado em 01/2023)	% DO PERÍODO 5 ANOS (em 31/12/22)	TOTAL DE BH (apurado em 01/2024)	% DO PERÍODO 5 ANOS (em 31/12/23)	VARIAÇÃO 2023/2024
2018	17.066	54,14%	0	0%	-100%
2019	4.443	14,09%	3.425,5	78,21%	-22,90%
2020	8.308	26,36%	135	3,08%	-98,38%
2021	1.064	3,38%	0	0%	-100%
2022	642	2,04%	202	4,61%	-68,54%
2023	-	-	617,5	14,10%	+100%
TOTAL GERAL	31.523	100%	4.380	100%	-86,11%

Total geral acumulado no banco de horas

31.523

Atualizado em 31/12/2022

4.380

Atualizado em 31/12/2023

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Capacitação de Servidores e Desenvolvimento na Carreira

No exercício de 2023 a capacitação dos servidores apresentou os seguintes dados:

	Plataforma EaD	Presencial	TOTAL
Total de cursos ofertados	1	32	33
Total de capacitações auferidas	142	282	424
Total de servidores capacitados	314		
Total de Licenças Capacitações concedidas		101	
Servidores capacitados com mínimo de 30 horas, incluindo por Lic. Capacitação	167		

As capacitações ofertadas na plataforma do Tribunal foram:

CURSOS OFERECIDOS NA PLATAFORMA DO TRIBUNAL	Servidores Capacitados
Academia de Líderes 2023 – Módulo I	35
Academia de Líderes 2023 – Módulo II	28
Academia de Líderes 2023 – Módulo III	24
Academia de Líderes 2023 – Módulo IV	30
Academia de Líderes 2023 – Módulo V	25
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS PELA PLATAFORMA	142

Quanto ao desenvolvimento na carreira (progressão e promoção), no ano de 2023, dentre os cargos efetivos ocupados, foram concluídos 86 (oitenta e seis) processos relativos a progressões na carreira e 4 (quatro) processos relativos a avaliação de servidores em função do estágio probatório.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Saúde e Bem-Estar

Visando a melhoria da qualidade de vida da força de trabalho deste Tribunal e a promoção da saúde preventiva e bem-estar, diversas ações foram priorizadas como:

- O Programa de Assistência Preventiva à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (PROPREVQualiti);
- O reembolso integral das vacinas previstas no regulamento do TRE+SAÚDE;
- A realização de exames de COVID (Antígeno) para servidores, com custeio de 100% o que resultou em um total de 66 (sessenta e seis) exames;
- Exame de bioimpedância disponível para todos servidores, beneficiários e colaboradores do Tribunal com o intuito de rastreamento de obesidade dentro do programa de saúde, totalizando 180 atendimentos;
- Acompanhamento psicológico realizado pela empresa de Psicologia Oliveira, para atendimentos dos magistrados, servidores, e colaboradores que necessitem de apoio psicológico, somando um total de 475 atendimentos realizados em 2023;
- As campanhas do “Setembro Amarelo”, “Outubro Rosa” e do “Novembro Azul”, com a realização de palestras e exames relacionados;
- Atendimentos médicos em consultas internas, análises de atestados e participações em Junta Médica, totalizando 1.171 atendimentos;
- Atendimentos odontológicos entre prevenção, profilaxia e restaurações, totalizando 1.044 atendimentos;
- Atendimentos de enfermagem como aferição de pressão, temperatura, curativos, aplicação de medicamentos intra muscular e intravenoso e entrega de medicamentos, somando um total de 1.680 atendimentos.

Quanto às despesas para custeio dos programas e ações médicas, essas são cobertas pelo orçamento da união e pela participação dos servidores beneficiários, cujo resumo da movimentação financeira de 2023, segue abaixo:

Orçamento inicial recebido 2023	5.954.832,00
Crédito suplementar recebido em 2023	2.979.332,00
Participação dos servidores	3.995.554,27
TOTAL DE CRÉDITOS	12.929.718,27
TOTAL DE DÉBITOS	10.551.233,70
SALDO FINAL EM 2023	2.378.484,57

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Saúde e Bem-Estar

Participação dos servidores no Programa de Exames Periódicos e Quantitativo de Vacinas aplicadas 2022 x 2023

Participação dos servidores no Programa de Exames Periódicos	
Carta Convite expedidas	380
Exames médicos realizados e recebidos	131
Percentual de participação	34,47%

Vacinação 2022 X 2023 - quantidades aplicadas

VACINAS	QTDE. 2022	QTDE. 2023	VARIAÇÃO %
H1N1	96	200	108,33
Hepatite B	1	27	2600
Hepatite A+B	2	22	1000
Febre Amarela	1	49	4800
Pneumocócica	6	6	0
Meningocócica	6	57	850
Tríplice Viral	3	19	533,33
HPV	2	28	1300
Varicela	1	2	100
Antitetânica	-	71	-
TOTAL	118	481	307,63

Quanto aos afastamentos de servidores dos seus postos de trabalho, no ano de 2023, temos como principais causas os afastamentos para tratamento da própria saúde e de familiares e os afastamentos motivados pelos CID's discriminados nos quadros abaixo:

Maiores causas de afastamentos médicos	
CID da doença	Evento/ Ocorrência
Z76 (acompanhar familiar doente)	176
J00/J01/J11 (respiratórias)	103
A09 (gastroenterites)	64
M54 (dorsalgia de coluna)	26
Z54 (convalescência)	26

907
Licenças médicas
(da própria saúde e de familiar)

5.197
Dias de afastamentos
(médicos e odontológicos)

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Despesas com pessoal

O detalhamento das despesas de pessoal do quadro ativo, inativos, membros e colaboradores, bem como a respectivas evoluções orçamentárias seguem detalhadas no quadro abaixo:

	2022	2023	Evolução da despesa	
			(em R\$ absolutos)	(em %)
Despesas com Pessoal do Quadro ATIVO	91.905.558,19	96.020.883,97	4.115.325,78	4,48%
Despesas com Pessoal do Quadro INATIVO	7.983.059,13	7.422.157,11	-560.902,02	-7,03%
Despesas com Pensões Civis	4.082.938,76	4.319.575,55	236.636,79	5,80%
Despesas com AUTORIDADES ELEITORAIS	7.992.513,58	7.958.532,48	-33.981,10	-0,43%
Despesas com CARGOS EM COMISSÃO	3.369.730,16	4.115.299,26	745.569,10	22,13%
Despesas com FUNÇÕES DE CONFIANÇA	6.016.214,49	6.461.340,04	445.125,55	7,40%
Despesas com TERCEIRIZADOS do Apoio Administrativo	1.711.093,04	1.984.638,54	273.545,50	15,99%
Despesas com ESTAGIÁRIOS	754.543,29	794.456,43	39.913,14	5,29%
Despesas com CAPACITAÇÃO	509.786,23	557.880,06	48.093,83	9,43%

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Desenvolvimento Organizacional

Como estratégia para alavancar o desempenho e a eficiência pessoal para a execução dos objetivos institucionais, no ano de 2023, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas adotou diversas ferramentas de Gestão de Pessoas, entre elas: a Gestão por Competências, o Dimensionamento da Força de Trabalho, o Programa Anual de Capacitação e o Programa de Bolsas de Estudos de Graduação e Pós-Graduação.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS – processo responsável por identificar, gerenciar e desenvolver o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores dentro de uma organização, de modo a alinhar as habilidades e comportamentos dos servidores aos objetivos estratégicos institucionais, buscando melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

No TRE-AM, esse processo foi implantado no ano de 2019, na Secretaria do Tribunal, tendo ocorrido, em sequência, um ciclo avaliativo com a análise de 290 competências distribuídas em quatro categorias, sendo elas: Gerencial, Técnica, Transversal e Pessoal. No ano de 2023, não houve ciclo avaliativo por questões orçamentárias e técnicas porém um novo ciclo avaliativo é esperado, dependendo, no entanto, de aprovação e disponibilidade de orçamento para custear tal projeto.

DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) – ferramenta fundamental da política de planejamento da força de trabalho da instituição, baseada na análise de dados estatísticos estruturados para aferir a quantidade ideal de servidores para que cada unidade atenda com eficiência e eficácia a sua missão institucional.

O DFT foi iniciado no de 2019 sob a orientação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e tendo como parceira, a Universidade Federal de Brasília – UNB. Em 2022 foram concluídas as etapas de implantação do sistema. Em 2023 foi efetivamente implantado no TRE/AM com a pesquisa sendo realizada em 16 (dezesseis) unidades administrativas das macro unidades do Tribunal. Neste ano de 2024 estará ocorrendo a 3ª fase do projeto com implantação em todas as demais unidades ainda não dimensionadas.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Desenvolvimento Organizacional

PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO (PAC) – programa executado em consideração às exigências contidas na Lei n. 11.416/2006, bem como em normas do TSE e Conselho Nacional de Justiça. No ano de 2023 o PAC foi idealizado com base nas necessidades extraídas das lacunas de competências identificadas no Relatório do 1º Ciclo do Projeto de Gestão por Competências, bem como nas capacitações obrigatórias por força de legislação e decisões administrativas. No ano de 2024, o PAC considerou as lacunas ainda não atendidas, bem como as capacitações obrigatórias por força de legislação ou decisões; as capacitações requeridas por força das movimentações de pessoal, as capacitações necessárias a membros de comissão e grupos de trabalhos constituídos e as relativas aos processos das Eleições.

PROGRAMA BOLSA DE ESTUDOS GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO – programa pensado e executado em atenção ao que dispõe as normas internas e editadas pelo TSE e CNJ e que visa a qualificação técnica e gerencial dos servidores efetivos da instituição. No ano de 2023, foram contemplados um total de 6 (seis) servidores, sendo 5 (cinco) na modalidade Graduação e 1 (um) na modalidade Pós-Graduação e tendo sido contempladas áreas diversas como: Direito, Direito Eleitoral, Engenharia de Dados, Ciência da Computação e Licitações e Contratos.

O orçamento total dispensado para o reembolso dos servidores bolsistas, em 2023, foi de R\$ 27.513,92, destes R\$ 26.952,87 na modalidade Graduação e R\$ 561,05 na modalidade Pós-Graduação. Para o ano de 2024, está prevista a abertura de novas vagas, nas duas modalidades, para a inclusão de novos beneficiários, além de estudos para a concessão de bolsas de mestrado e doutorado.

CLIMA ORGANIZACIONAL – no ano de 2023 foi realizada a pesquisa do clima de modo a identificar as ameaças e oportunidades de melhoria para a valorização do ambiente e das condições de trabalho. Foram avaliadas dez variáveis, sendo elas: Ambiente de Trabalho; Comunicação Interna; Reconhecimento; Relacionamento Interpessoal; Qualidade de Vida/Benefícios; Desenvolvimento Profissional; Liderança/Estilo Gerencial; Identidade com a Justiça Eleitoral e Satisfação Geral. O relatório final está em fase de conclusão uma vez que a pesquisa foi aplicada no final do ano de 2023.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Principais programas e projetos

- **Provimento dos cargos vagos existentes no TRE/AM, através da nomeação e posse de candidatos aprovados no concurso unificado da Justiça Eleitoral previsto para ocorrer no segundo semestre de 2024** de forma a prover os cartórios eleitorais do interior com déficit de pessoal.
- **Workshop dos estagiários** que tem por objetivo a orientação e o incremento da aprendizagem, motivação e integração dos estagiários deste regional.
- **Atualização das normas internas relativas a concurso de remoção e avaliação de desempenho em estágio probatório e para progressão e promoção na carreira.**
- **Aumentar a disponibilização de cursos e capacitações na plataforma de ensino virtual do Tribunal** de modo a facilitar a capacitação dos servidores, principalmente os lotados nas zonas eleitorais do interior do Estado.
- **Atendimento psicológico aos magistrados, servidores e colaboradores nas dependências do órgão**, com objetivo de facilitar o atendimento psicológico à força de trabalho do regional e contribuir para a saúde e bem-estar de todos.

- **Aferição do Clima Organizacional 2023** de modo a verificar a eficácia das ações implementadas e a movimentação dos indicadores avaliados na última pesquisa. Relatório final em fase de consolidação.
- **Digitalização das pastas funcionais dos servidores aposentados, instituidores de pensão e pensionistas**, com o objetivo de garantir a conservação dos documentos e a eficiência na busca de informações relativas aos assentamentos funcionais dos servidores aposentados, instituidores de pensão e pensionistas.
- **Acesso dos servidores inativos e pensionistas à página do TRE/AM na internet**, com objetivo de facilitar e otimizar a consulta de dados e solicitação de documentos, sobretudo contracheques, informes de imposto de renda e fichas financeiras.
- **Atualização das páginas das unidades da Secretaria de Gestão de Pessoas** de modo a facilitar a busca de informações e documentos mesmo que em ambientes externos.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

Principais programas e projetos

- **Implantação e execução do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT em diversas unidades do Tribunal, tendo iniciado na Secretaria de Gestão de Pessoas**, com o objetivo de coletar os dados necessários à tomada de decisão sobre o quantitativo ideal de servidores de cada unidade para ajuste da força de trabalho e, ainda, mensurar o trabalho realizado pelos servidores que atuam em regime de teletrabalho. O projeto segue em 2024 sendo ampliado para todas as demais unidades que ainda não foram dimensionadas.
- **Novo certame para a seleção de servidores para integrarem o programa de Bolsa de Estudos das modalidades Graduação e Pós-Graduação.**
- **Contratação de empresa intermediadora para a implementação do Programa de Residência Jurídica no âmbito do TRE/AM.**
- **Firmados termos de Parceria entre o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, o Instituto Técnico Educacional Miriam Menchinni e empresas da iniciativa privada para alocação de 02 (dois) jovens aprendizes neste Tribunal.**

- **Atualização das normas relativas ao Grupo de Apoio às Zonas Eleitorais – GAZE**, visando o aperfeiçoamento dos processos de substituições de Chefes de Cartórios das zonas eleitorais do interior do Estado, por meio da Portaria TRE/AM nº 677/2023.
- **Novo certame para a seleção de membros para o Grupo de Apoio às Zonas Eleitorais – GAZE**, que visa atender as demandas relativas às substituições de chefias de cartórios do interior do estado quando o quadro da unidade é insuficiente.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

A conformidade da Gestão Patrimonial do TRE-AM se deu principalmente pela observância das orientações dos órgãos centrais, com destaque ao Decreto nº 9.373/2018, à Instrução Normativa nº 205/1988 –SEDAP e à Lei nº 12.305/2010, além dos normativos internos do órgão, em especial, o Regimento Interno do TRE-AM e a Resolução nº 03/2003.

Principais Investimento de Capital (Infraestrutura e equipamentos)

São dois os principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos) do TRE-AM:

- a) Aquisição de equipamentos e mobiliários, no valor de R\$ 8.104.001;
- b) Realização de Obras e Instalações, no valor de R\$ 0,00.

Obras e Serviços de Engenharia

No exercício 2023, O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas desenvolveu ações relativas à obras e serviços de engenharia, podendo tais ações englobarem a contratação de projetos, construções, reformas ou manutenções de edificações. A seguir, demonstram-se as despesas decorrentes dessas ações:

- a) Projetos de arquitetura e engenharia
- b) Obras de engenharia
- c) Manutenções de edificações

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

- Projetos de arquitetura e engenharia:**

Foi realizada a contratação para elaboração dos projetos executivos de engenharia e arquitetura para obras de reforma de dois cartórios eleitorais no interior do Estado, sendo eles: cartório eleitoral de Nhamundá/AM – 43^a ZE e cartório eleitoral de Santo Antônio do Içá/AM – 47^a ZE.

Despesa de Custo: R\$ 59.899,96 (despesa empenhada e liquidada no exercício 2023).

- Obras de engenharia:**

A partir dos projetos contratados, foram realizadas duas licitações para a contratação das obras de engenharia para reforma dos imóveis que abrigam os cartórios eleitorais de Nhamundá/AM e Santo Antônio do Içá/AM.

As obras contemplam a reforma geral de toda a infraestrutura física dos imóveis, inclusive suas instalações prediais e modificação completa dos acabamentos, para adequação das edificações quanto aos aspectos de segurança, acessibilidade, conforto e funcionalidade.

Despesa de Investimento – Reforma cartório eleitoral de Nhamundá/AM: R\$ 787.436,59 (despesa empenhada no exercício 2023).

Despesa de Investimento – Reforma cartório eleitoral de Santo Antônio do Içá/AM: R\$ 705.488,90 (despesa empenhada no exercício 2023).

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

- Manutenções de edificações:**

- Manutenção predial no cartório eleitoral de Novo Airão – 34^a ZE: Ação de manutenção relevante na infraestrutura física do imóvel, com intervenção nas suas instalações gerais (revestimentos de paredes e pisos, forros, pinturas, adequações para acessibilidade, instalações elétricas e hidráulicas, instalações de lógica, comunicação visual, esquadrias e outros dispositivos).

Ação iniciada em 2022 e concluída em 2023.

Despesa de Custeio: R\$ 79.883,54 (Liquidado em 2022) / R\$ 221.364,21 (Liquidado em 2023)

- Manutenção predial no cartório eleitoral de Iranduba/AM – 56^a ZE: Ação de manutenção relevante na infraestrutura física do imóvel, com intervenção nas suas instalações gerais (revestimentos de paredes e pisos, forros, pinturas, adequações para acessibilidade, instalações elétricas e hidráulicas, instalações de lógica, comunicação visual, esquadrias e outros dispositivos).

Ação iniciada em 2023.

Despesa de Custeio: R\$ 318.176,08 (2023)

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Locações

Em 2023, o TRE-AM realizou despesas com contratações de locações de 33 (trinta e três) imóveis nos municípios do interior do Amazonas, que abrigam os cartórios eleitorais e os postos de atendimentos eleitorais nas localidades, para possibilitar um atendimento digno da Justiça Eleitoral aos municípios, bem como 01 (um) imóvel em Manaus destinado ao depósito de materiais do Tribunal, que totalizaram o valor de R\$ 1.355.445,58.

Além das locações de imóveis, há também despesas com locações de máquinas e equipamentos, softwares e veículos. Em resumo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
1	Locação de Imóveis	R\$ 1.355.445,58
2	Locação de Máquinas e Equipamentos	R\$ 214.972,38
3	Locação de Softwares	R\$ 266.400,00
4	Locação de Veículos	R\$ 0,00
VALOR TOTAL (R\$)		R\$ 1.836.817,96

Desfazimento de Ativos

O TRE-AM realizou 06 (seis) processos de desfazimentos no exercício de 2023, sendo: 01 (um) por roubo ou furto, com baixa no ativo no valor bruto de R\$ 4.468,00; 03 (três) nos Cartórios Eleitorais do Interior, na 48^a ZE (Japurá/AM), na 22^a ZE (São Paulo de Olivença/AM) e no Posto de Atendimento da 35^a ZE (Nova Olinda do Norte/AM), com baixas nos valores brutos de R\$ 8.633,10, de R\$ 11.144,10 e de R\$ 7.383,29, respectivamente, perfazendo o montante de R\$ 27.160,49; e de 02 (dois) desfazimentos realizados nos depósitos da Capital (STI e CAPAT), com baixas de R\$ 613.265,12 e de R\$ 152.366,64, através de doação à Instituição Comunitária Grupo de Apoio às Crianças Portadora de Doenças do Sangue - Grupo Raio de Sol, perfazendo o montante de R\$ 765.631,76.

Em resumo, foram R\$ 797.260,25 (setecentos e noventa e sete mil, duzentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) em 06 processos por doação ou baixa administrativa.

Mudanças e Desmobilizações

Não houve mudanças e desmobilizações no exercício de 2023.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Principais Desafios e Ações Futuras

- Identificar potenciais imóveis para locação nos municípios, que atendam as condições mínimas para abrigar um cartório eleitoral;

- Verificar doações de imóveis das prefeituras municipais à União, para realização de reformas com o objetivo de abrigar cartórios eleitorais;

- Adquirir equipamentos com maior durabilidade, para diminuir a quantidade anual de desfazimentos;

- Realizar reformas imobiliárias necessárias nos imóveis pertencentes ao TRE-AM.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Despesas pagas por modalidade no período

MODALIDADE	AÇÕES	DESPESAS PAGAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados Militares e seus dependentes	R\$ 274.240,88
	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça	R\$ 3.402.100,11
	Pleitos eleitorais	R\$ -
	SUBTOTAL	R\$ 3.676.340,99

INEXIGIBILIDADE	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça	R\$ 630.179,24
	Pleitos eleitorais	R\$ -
	SUBTOTAL	R\$ 630.179,24

MODALIDADE	AÇÕES	DESPESAS PAGAS
NÃO SE APLICA	Aposentadorias e pensões civis da União	R\$ 11.741.732,66
	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos	R\$ 13.449.223,67
	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados e seus dependentes	R\$ 8.573.684,70
	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça	R\$ 1.469.030,72
	Atos civis da União	R\$ 89.587.166,70
	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	R\$ 5.995.246,58
	Pleitos eleitorais	R\$ 60.500,28
	SUBTOTAL	R\$ 130.876.585,31

MODALIDADE	AÇÕES	DESPESAS PAGAS
SUPRIMENTO DE FUNDOS	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral	R\$ 77.839,15
	Pleitos eleitorais	R\$ -
	SUBTOTAL	R\$ 77.839,15
PREGÃO	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça	R\$ 15.120.524,89
	Pleitos eleitorais	R\$ 92.382,50
	Gestão da política de segurança da informação	R\$ 499.573,00
	SUBTOTAL	R\$ 15.712.480,39
	SUBTOTAL	R\$ 150.973.425,08

Despesas pagas por modalidade

NÃO DE APLICA	R\$ 130.876.585,31
PREGÃO	R\$ 15.712.480,39
DISPENSA	R\$ 3.676.340,99
INEXIGIBILIDADE	R\$ 630.179,24
SUPRIMENTO	R\$ 77.839,15

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:

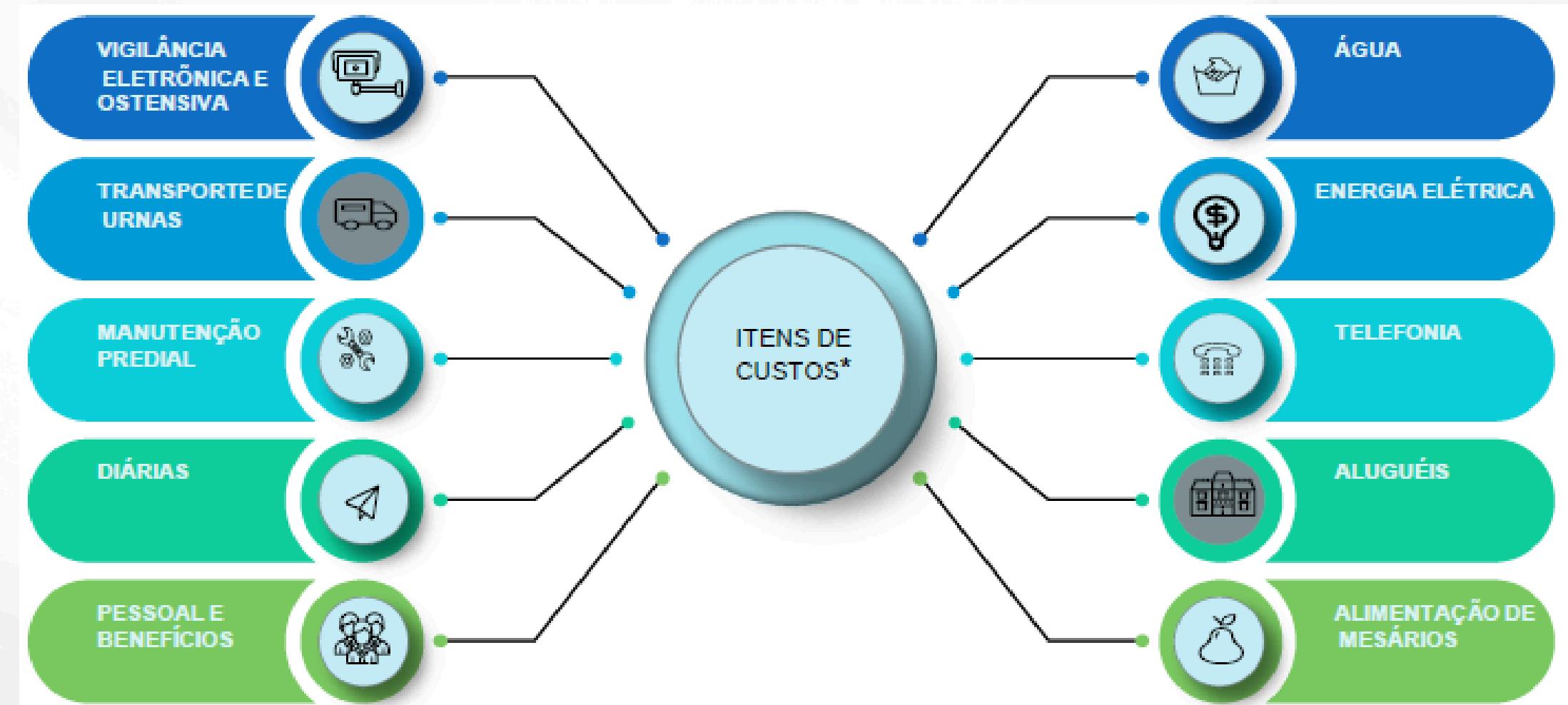


Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE CUSTOS

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: **Itens de Custos** e **Atividades/Serviços**.

No eixo **Itens de Custos**, procura-se responder à questão “**com o quê?**”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



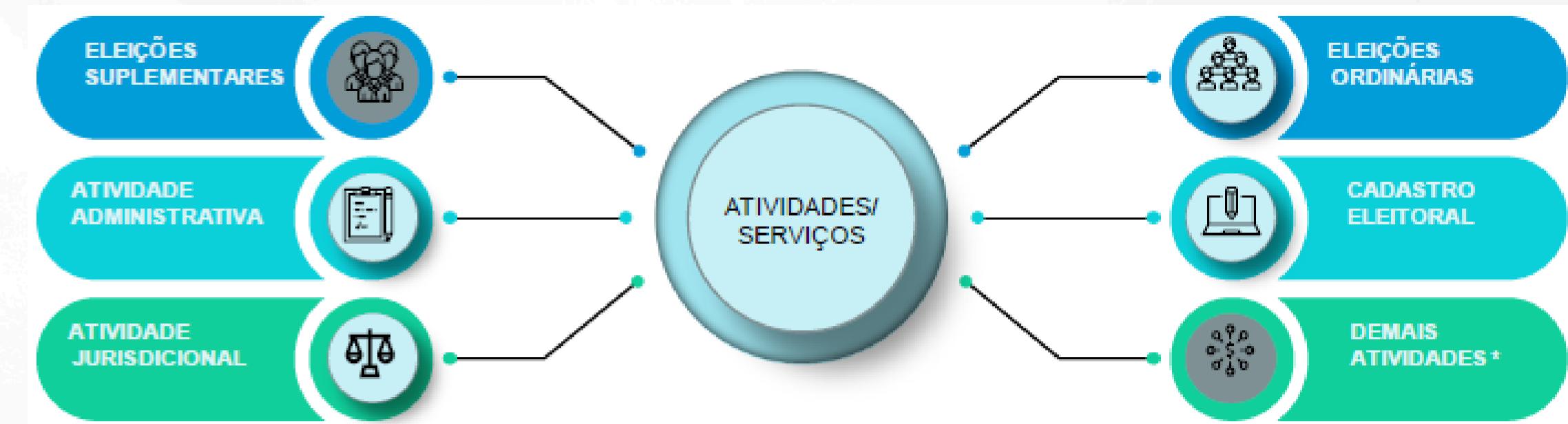
*Atualmente são 48 itens de custos

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE CUSTOS

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: **Itens de Custos** e **Atividades/Serviços**.

No eixo das **Atividades/Serviços**, procura-se responder à questão **“para quê?”**, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados.



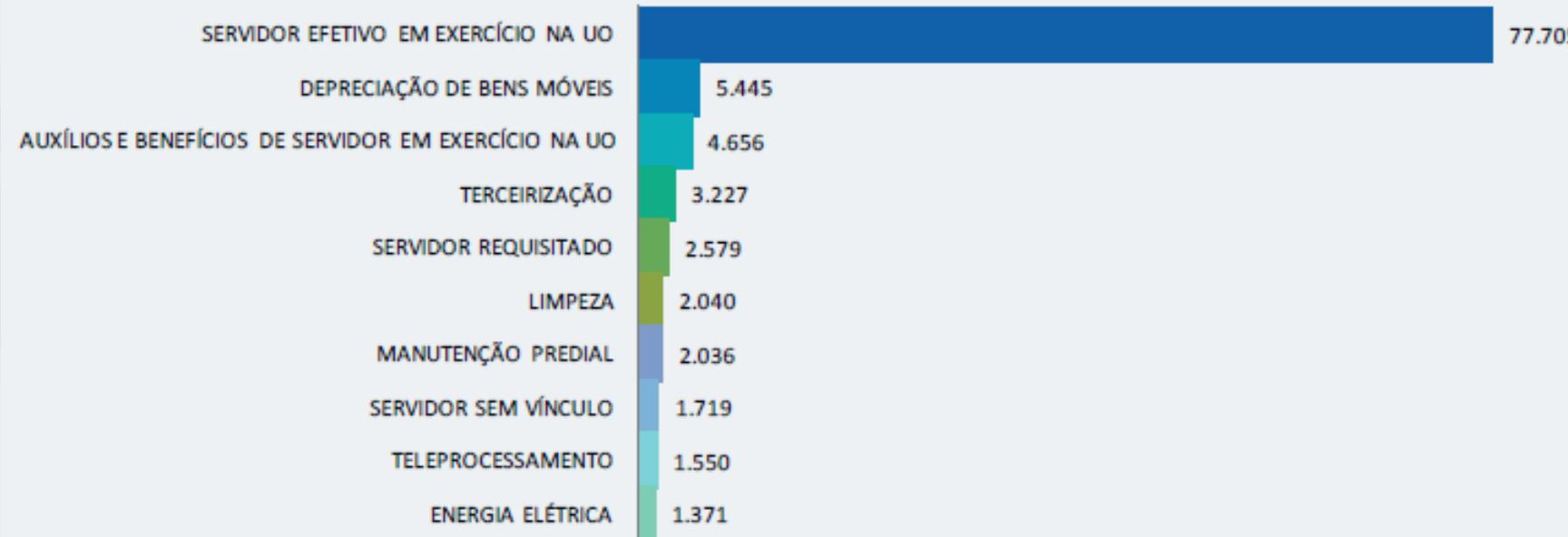
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

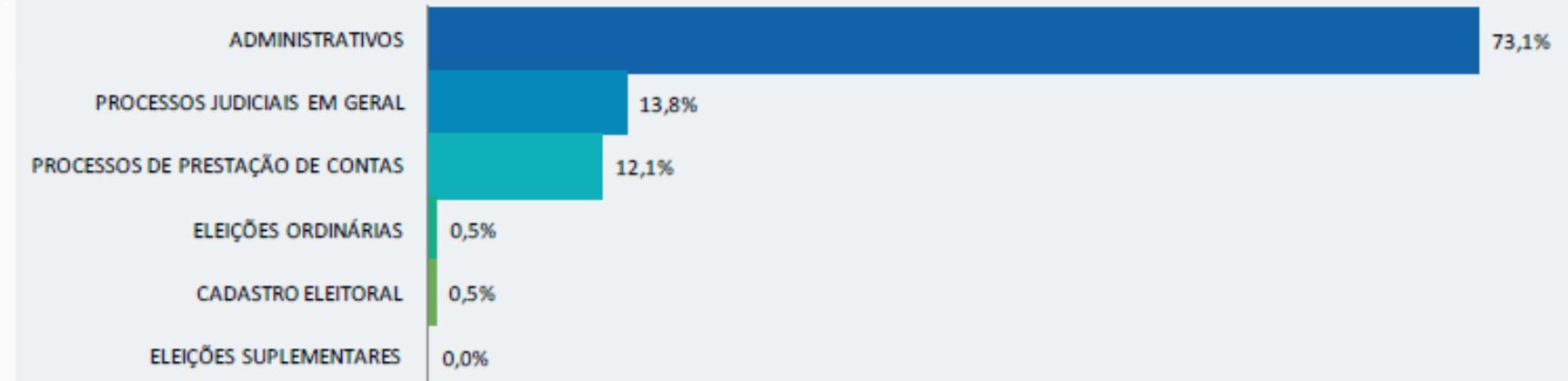
GESTÃO DE CUSTOS

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no exercício de 2023, que totalizaram R\$ 112,9 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico conforme os grupos a seguir:

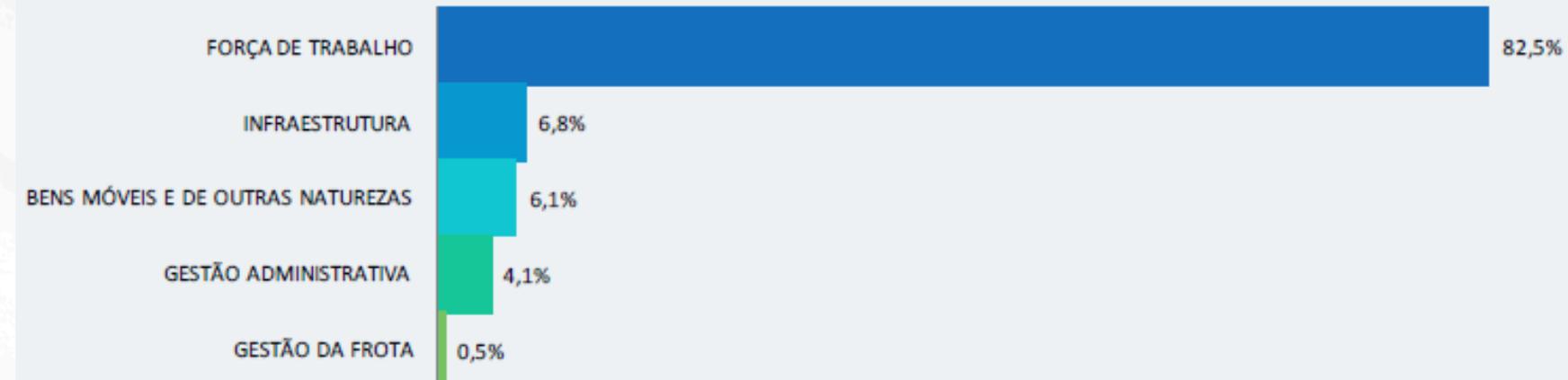
10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



Custos por atividades/ serviços (em %)



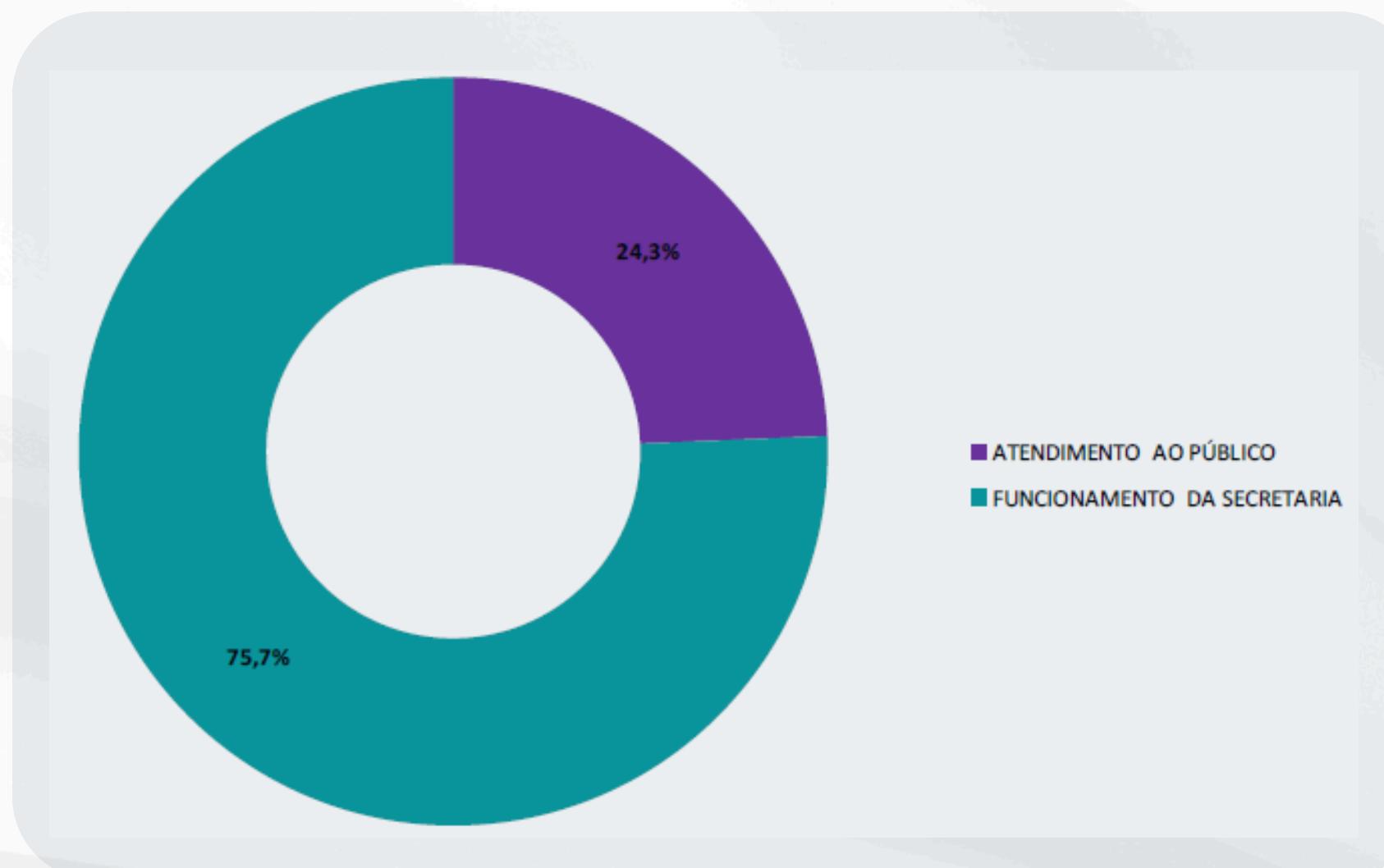
Custos por subgrupos (em %)



Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE CUSTOS

Quanto à distribuição dos custos entre o **Atendimento ao Público** e o **Funcionamento da Secretaria**, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Contratações mais relevantes de Recursos de TI

A COINF, pela natureza de suas atribuições, é responsável pela gestão do maior volume de contratos de TIC do TRE-AM. Além das contratações relacionadas à infraestrutura de TIC, no biênio 2022-2023 a COINF foi também responsável também por realizar as contratações de segurança da informação planejadas pelo Núcleo de Segurança da Informação (NSI).

Segue quadro contendo os dados das novas contratações realizadas pela unidade no exercício 2023:

Contratações de Infraestrutura de TIC

- Serviço de acesso móvel à internet 3G para Cartórios Eleitorais do Interior com roteador em comodato
- Serviço de manutenção preventiva e corretiva da sala cofre
- Certificado Digital A1 SSL Wildcard para Servidor Web
- Serviço de subscrição do Software de Gerenciamento de Serviços de TI OTRS por 36 meses
- Solução Red Hat
- Solução Red Hat – Item 5
- Serviço de internet via satélite de baixa órbita por 3 meses
- Solid State Drive (SSD)
- Notebook
- Estante Rack de Parede 19"
- Nobreak
- Bateria para nobreak
- Switch 16 portas
- Switch Gerenciável 24 portas
- Monitor
- Microcomputadores Completos (LENOVO i5 e i7)
- Impressora Etiquetadora
- Toner para impressora multifuncional
- Impressora Multifuncional
- HD Externo
- Microcomputadores Completos (LENOVO)
- Switch Core 10Gb Ethernet (para projeto de Site Backup)

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Contratações mais relevantes de Recursos de TI

Contratações de Segurança da Informação

- Solução de Gestão de Ativos e Patches
- Solução de Firewall
- Licenças de software de segurança da informação para bancos de dados Oracle (options e packs)
- Licenças de backup para hypervisor Nutanix
- Solução de Web Application Firewall (ampliação de projeto)
- Solução de Auditoria, proteção e detecção de dados e resposta a ameaças de dados não estruturados e metadados.
- Appliances hiperconvergentes na modalidade Infraestrutura como Serviço - IAAS (Site Backup) por 24 meses
- Serviços de Inteligência Cibernética.

Ressalte-se que o volume de contratos geridos pela COINF é ainda maior, uma vez que não foram inseridos na planilha supra as contratações de serviços de prestação continuada firmadas em anos anteriores e ainda vigentes, tais como serviços de internet via satélite para os Cartórios Eleitorais do interior (Contrato nº 19/2021) e Outsourcing de Impressão Corporativa (Contrato nº 04/2020).

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Segurança da Informação

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio da Resolução nº 23.644, de 01 de julho de 2021, instituiu a **Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral**, que tem por princípio norteador a garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade, irretratabilidade e auditabilidade das informações produzidas, recebidas, armazenadas, tradadas ou transmitidas pelos órgãos da Justiça Eleitoral, no exercício e suas atividades e funções. Para tanto, a PSI-JE definiu diretrizes gerais nos níveis estratégico, tático e operacional, a saber:

I) Nível Estratégico:

Corresponde à própria PSI-JE

II) Nível Tático:

Elaboração de Normas Complementares sobre Segurança da Informação, a serem editadas por todos os TREs, contemplando, no mínimo, os seguintes temas:

- a) Gestão de Ativos;
- b) Controle de Acesso Físico e Lógico;
- c) Gestão de Riscos de Segurança da Informação;
- d) Uso Aceitável de Recursos de TI;
- e) Geração e Restauração de Cópias de Segurança (backup);
- f) Plano e Continuidade de Serviços Essenciais de TI;
- g) Gestão de Incidentes de Segurança da Informação;
- h) Gestão de Vulnerabilidades e Padrões de Configuração Segura;
- i) Gestão e Monitoramento de Registros de Atividades (logs);
- j) Desenvolvimento Seguro de Sistemas;
- k) Uso de Recursos Criptográficos.

III) Nível Operacional:

Definição de Procedimentos de Segurança da Informação (regras operacionais, roteiros técnicos, fluxos de processos, manuais, etc.).

A STI, através do Núcleo de Segurança da Informação (NSI) em conjunto com a Coordenadoria de Infraestrutura (COINF), elaborou minutas dos normativos descritos nas alíneas “b” e “e”.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Segurança Cibernética

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 396, de 07 de junho de 2021, instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário – ENSEC-PJ, que tem por objetivo geral aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário. São ações da ENSEC-PJ:

IV) fortalecer as ações de governança cibernética

V) elevar o nível de segurança das infraestruturas críticas

VI) estabelecer rede de cooperação do Judiciário para segurança cibernética

VII) estabelecer modelo centralizado de segurança cibernética nacional

Para elevar o nível de segurança das infraestruturas críticas, a STI, por intermédio da COINF e do NSI, efetuou as diversas contratações já relacionadas em tópico anterior. No exercício 2022 foi possível dar início à instalação de software antivírus EDR nos servidores do TRE/AM, o que possibilita prever, prevenir, detectar e responder a ameaças no ambiente de endpoint.

O ano de 2023 foi período de implantação de diversas ações voltadas à segurança cibernética, possibilitando o fortalecimento das camadas de segurança e elevando a maturidade deste Regional neste quesito.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais atividades realizadas em 2023

Implantação de soluções adquiridas

- Solução de infraestrutura hiperconvergente
- Solução de Web Application Firewall (WAF)
- Solução de Firewall
- Solução de Gestão de Ativos e Patches
- Solução Red Hat

Visitas técnicas aos Cartórios Eleitorais do Interior

No exercício 2023, a COINF deu início a um ciclo de visitas técnicas com o objetivo de readequar a infraestrutura de TI dos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado.

O resultado dessas ações foi a redução significativa do quantitativo de chamados por suporte nas unidades visitadas mediante o ganho de desempenho dos equipamentos.

Renovação Parcial do Parque Computacional

No que se refere à infraestrutura do parque computacional, tem-se como boa prática em TIC a substituição anual de 25% dos equipamentos, com vistas a garantir o adequado funcionamento para os usuários e mitigar a possibilidade de incidentes.

Diante disso, no exercício 2022 foram adquiridos 150 (cento e cinquenta) computadores completos para substituição de equipamentos obsoletos ainda em utilização em diversas unidades do TRE-AM, notadamente nas zonas eleitorais. Ocorre que, em função da falta de insumos que afetou severamente o setor de tecnologia, a entrega ocorreu apenas em março de 2023, quando foi, então, iniciado o cronograma de substituições.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais atividades realizadas em 2023

Suporte à retomada da Biometria

No exercício de 2023, com a vistas à retomada do atendimento biométrico, a SESOP procedeu à testagem de mais de 200 (duzentos) kits de coleta biométrica destinados a equipar as Centrais de Atendimento ao Eleitor (CATE) A e B, bem como Cartórios Eleitorais da capital e do interior, realizando também a instalação e configuração desses equipamentos, de forma presencial na capital e por suporte remoto nas unidades do interior.

Suporte às Ações Itinerantes

No exercício 2023 foram realizadas 18 (dezoito) ações itinerantes para atendimento biométrico de eleitores que residem em localidades remotas, a exemplo de comunidades indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, comunidades rurais em Manicoré, Rio Preto da Eva, Lábrea, Canutama e outros.

A COINF teve ampla participação em todas essas ações mediante a preparação de equipamentos de biometria, notebooks e outros, bem como colaborando com o envio de servidores para realização do atendimento em algumas das ações.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Outras atividades realizadas em 2023

Aproximação com a sociedade

Atendimento a demandas da sociedade para realização de eleições comunitárias e empréstimo de urnas e palestras para estudantes.

- o Eleição Comunitária para CIPA da CIGAS (SEVIN);
- o Eleição Comunitária para o CMDCA – Manaus (SEVIN/ SEPLOG/ SECAD);
- o Eleição Comunitária para o CMDCA – Interior: 14 municípios (SEVIN/ SEPLOG/ SECAD);
- o Eleição Comunitária para a ADVAM – Associação de Deficientes Visuais do Amazonas (SEVIN);
- o Faculdade Martha Falcão em projeto de palestra de eleições (SEVIN);
- o Voto eletrônico Colégio Santa Doroteia (SEVIN).

Preparação para o pleito

- Contratação de pessoal para realizar os ciclos de manutenção preventiva das urnas eletrônicas (COCEL/ SEVIN);
- Manutenção de Urna Eletrônica: foram realizados dois ciclos de manutenção preventiva (SEVIN);
- Inventário das urnas eletrônicas pós-eleição (SEVIN);
- Aceite de novas Urnas 2022: 3.378 urnas recebidas no ano de 2023 (SEVIN);
- Descarte de UE2009: preparação das urnas para descarte demandado pelo TSE (SEVIN);
- Aquisição de paletes para suprir demanda emergente de armazenamento (SEVIN);

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Outras atividades realizadas em 2023

Sistemas Eleitorais

- Tratamento dos pedidos de concessão de acessos aos sistemas eleitorais de acordo com a política de segurança da informação do Tribunal (SECAD);
- Estruturação de arquitetura de acessos no ODIN3 (SECAD);
- Ação de retomada do atendimento ao eleitor com coleta da biometria em todos os Cartórios e Centrais de Atendimento do Estado do Amazonas (SECAD/ SEPLOG/ SESOP – COINF);
- Orientações aos clientes (cartórios e unidades da Secretaria do Tribunal) sobre os sistemas eleitorais;

4.485 atendimentos realizados conforme tabela ao lado em ações itinerantes, conforme a tabela ao lado

Ações Itinerantes

- Coordenação das ações itinerantes realizadas no decorrer do ano de 2023 (COCEL);
- Planejamento das ações itinerantes em conjunto com demais unidades (SEPLOG);
- Criação e configuração das Centrais de Atendimento (CAs) de cada ação itinerante (SECAD);

Ação	Processo	Início	Fim	Atendimentos
Registre-se	0002731-46.2023.6.04.0000	08/05/2023	12/05/2023	273
Distrito II	0000670-18.2023.6.04.0000	15/05/2023	19/05/2023	508
Pop Rua Jud		25/05/2023	25/05/2023	69
ACASFC - Associação Comunitária A	0005953-22.2023.6.04.0000	18/07/2023	22/07/2023	66
5º Programa Manaus mais Cidadã		05/08/2023	05/08/2023	40
Comunidade Parque das Tribos	0007186-54.2023.6.04.0000	23/09/2023	23/09/2023	163
6º Programa Manaus mais Cidadã	0008477-89.2023.6.04.0000	23/09/2023	23/09/2023	178
Ação social da SEMASC	0008570-52.2023.6.04.0000	30/09/2023	30/09/2023	20
7º Programa Manaus mais Cidadã	0010605-82.2023.6.04.0000	21/10/2023	21/10/2023	57
Comunidade Cuiéiras	0010145-95.2023.6.04.0000	28/10/2023	29/10/2023	282
Comunidades Indígenas SGC		28/10/2023	09/11/2023	261
Comunidades de Manicoré	1509/2023	06/11/2023	19/11/2023	1.185
Rio Preto da Eva	0001077-69.2023.6.04.0000	06/11/2023	11/11/2023	216
Iranduba	0009723-49.2023.6.04.0000	12/11/2023	15/11/2023	60
Apuí	0010673-25.2023.6.04.0000	24/11/2023	26/11/2023	89
Lábrea	0004431-21.2023.6.04.0000	06/12/2023	09/12/2023	295
Iranduba	0012833-56.2023.6.04.0000	07/12/2023	10/12/2023	82
Canutama	0004431-21.2023.6.04.0000	11/12/2023	17/12/2023	641

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais desafios e oportunidades

As principais dificuldades enfrentadas pela equipe de STI para este período foram:

Déficit de pessoal técnico;

Limitações orçamentárias;

Falta de cultura dos usuários quanto ao uso da Central de Serviços de TIC;

Ausência de política para empréstimo de equipamentos;

Ineficiência de capacitações on-line;

Por outro lado, apesar do déficit de pessoal, a STI conta com servidores e colaboradores extremamente comprometidos e dispostos a fazer o melhor para a consecução dos objetivos institucionais, colocando o **comprometimento da equipe** como a maior oportunidade identificada, e, graças a esse fator, a STI tem conseguido, dentro das limitações orçamentárias, garantir a disponibilidade dos serviços de TIC ofertados aos usuários.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais desafios para 2024

Eleições 2024

- Contratação de serviço de transmissão de voz e dados via satélite – SMSAT (licitação realizada de forma centralizada pelo TSE para todos os regionais);
- Testagem e instalação dos novos kits de biometria adquiridos em dezembro de 2023;
- Preparação de ambientes específicos para as eleições;
- Preparação de equipamentos destinados ao pleito eleitoral.

Infraestrutura

- Contratação de novo serviço de internet para a Sede do Tribunal e Cartórios Eleitorais da capital, com redundância (em observância às recomendações preconizadas no Guia Estratégico de TIC do Poder judiciário – art. 5º da Res. CNJ 370/2021);
- Contratação de novo serviço de internet para prover os Cartórios Eleitorais do interior;
- Contratação de novo serviço de solução de impressão, em vista do encerramento do contrato atual;
- Contratação de serviço técnico especializado de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC;
- Aquisição de ativos de rede;
- Aquisição de computadores.

Segurança da Informação

- Licenças de Acesso a Plataforma Integrada de Treinamento em Segurança da Informação;
- Contratação de pessoal especializado em Segurança da Informação;
- Database Firewall;
- SAST – Análise Estática de Código;
- Solução para acesso remoto – Zero Trust – SASE;
- Software de Gestão de Riscos e LGPD.

Outras informações das principais áreas que contribuiram para os resultados institucionais

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Todas as informações referentes a gestão socioambiental do TRE/AM podem ser encontradas no relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável, disponível [clicando aqui](#).



Capítulo

6

Mensagem do Presidente

Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

Governança, Estratégias e Alocação de Recursos

Gestão de Riscos

Resultados e Desempenho da Gestão

**Informações Orçamentárias, Financeiras e
Contábeis**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas podem ser acessadas pelos links listados abaixo:



Balanço Financeiro

<https://www.tre-am.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/arquivos-transparencia/arquivos-contabeis-2020/tre-am-cof-balance-financeiro-2023>



Balanço Orçamentário

<https://www.tre-am.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/arquivos-transparencia/arquivos-contabeis-2020/tre-am-cof-balance-orcamento-2023>



Balanço Patrimonial

<https://www.tre-am.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/arquivos-transparencia/arquivos-contabeis-2020/tre-am-cof-balance-patrimonial-2023>



Demonstração das Variações Patrimoniais

<https://www.tre-am.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/arquivos-transparencia/arquivos-contabeis-2020/tre-am-cof-demonstracao-das-variacoes-patrimoniais-2023>



Demonstração dos Fluxos de Caixa

<https://www.tre-am.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/arquivos-transparencia/arquivos-contabeis-2020/tre-am-cof-demonstracoes-de-fluxos-de-caixa-2023>

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas é órgão da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art.118, inciso II da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e artigos 17 e 18 do Regimento Interno do TRE-AMAZONAS. Tem por finalidade garantir, no âmbito do Estado do Amazonas, a eficiência, a lisura e a legitimidade do processo eleitoral, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado, contribuindo para o fortalecimento da democracia e a consolidação do Estado de Direito.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 02 - ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO

Obedecendo o princípio contábil da competência, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas reconhece a necessidade de apropriar, ao resultado do período, as despesas decorrentes da redução do valor dos componentes patrimoniais pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo da vida útil dos citados componentes. Essas despesas são denominadas encargos de depreciação e somente deixam de ocorrer quando do término do período de vida útil do ativo. Nesse momento, seu valor contábil será igual ao seu valor residual, ou na falta deste, igual a zero. A partir daí cada componente patrimonial somente poderá ser depreciado se houver uma reavaliação, acompanhada de uma análise técnica que defina o seu tempo de vida útil restante. A depreciação cessa quando o ativo é baixado. Entretanto, não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso.

Em função de suas características, alguns itens do ativo não deverão ser depreciados. Como exemplos de bens que não se encontram sujeitos à depreciação têm-se os terrenos e os bens de natureza cultural. Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto

dos bens móveis e imóveis registrados no imobilizado obedecem às disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7^a Edição, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item 3.2.5, com reconhecimento inicial baseado no valor de aquisição, produção ou construção.

Tratando-se de ativo imobilizado obtido a título gratuito, é considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos do instrumento de doação. O valor bruto contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, no presente caso, 31 de dezembro de 2023, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada. A vida útil é o período de tempo durante o qual a entidade pública espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes, cuja obtenção é esperada em decorrência da utilização do ativo. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado é o das quotas constantes, excetuando os bens de uso especial registrados no SPIUNET, cuja realização do cálculo da depreciação e respectivo registro contábil automático no SIAFI estão a cargo do próprio SPIUNet - Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 02 - ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO

De acordo com o artigo 7º da Portaria Conjunta SPU/STN Nº 703, de 10 de dezembro de 2014, O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU-Secretaria de Patrimônio da União segundo a natureza e características dos bens imóveis, conforme dispõe o Parágrafo primeiro do artigo acima. Na forma do Parágrafo terceiro do mesmo artigo sétimo, o valor residual será estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e comunicado à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 03 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis são centralizadas no TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/TSE, com análise conjunta dos valores, variações e índices relativos a todas as UG'S-Unidades Gestoras da Justiça Eleitoral.

1.1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UG)		1.1.1 Código da UG	
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas		070003	
<p>Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do SIAFI (Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC Nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2023, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
1.1.2 Local	Manaus (AM)	1.1.3 Data	05/03/2024
2.1.1 Contador Responsável	Roberto Lélis de Oliveira	3.1.1 CRC nº	AM-010381/0-6

Relatório de Gestão 2024, referente ao
ano 2023 do Tribunal Regional Eleitoral do
Amazonas

